

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE FLORESTAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

DISSERTAÇÃO

**Desenvolvimento Sustentável e Ruralidades: Estratégias para o
Enfrentamento à pobreza de famílias residentes no território rural de
Resende - RJ**

Ananda Pereira Ballarini

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RURALIDADES:
ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO À POBREZA DE
FAMÍLIAS RESIDENTES NO TERRITÓRIO RURAL DE RESENDE -
RJ**

Ananda Pereira Ballarini

Sob a Orientação do Professor
Marcelo Duncan Alencar Guimarães

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Curso de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável.

Seropédica, RJ
Outubro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B189d Ballarini, Ananda Pereira, 1981-
Desenvolvimento Sustentável e Ruralidades:
Estratégias para o Enfrentamento à pobreza de famílias
residentes no território rural de Resende - RJ /
Ananda Pereira Ballarini. - Petrópolis, 2024.
70 f.
Orientador: Marcelo Duncan Alencar Guimarães.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Práticas de Desenvolvimento Sustentável, 2024.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Território
Rural. 3. Pobreza. I. Guimarães, Marcelo Duncan
Alencar, 1948-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em
Práticas de Desenvolvimento Sustentável III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DEJANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ANANDA PEREIRA BALLARINI

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Práticas de Desenvolvimento Sustentável**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável

DISSERTAÇÃO, APROVADA EM 07/11/2024.

Prof. Marcelo Duncan Alencar Guimarães. Doutor. UFRRJ/ICHS/PPGPDS
(Orientador)

Prof. Robson Amâncio. Doutor. UFRRJ/ICHS/PPGPDS

Prof.^a. Sabrina Soares da Silva – Doutora. UFLA/Adm. Publica

DEDICATÓRIA

Após inúmeros percalços no caminho para a conclusão da dissertação, consegui enfim concluir meu mestrado. Essa foi uma enorme conquista pessoal, inclusive que não achava ser possível, desde que me tornei mãe.

Dedico esse trabalho ao meu filho João Pedro, que é o principal motivo por eu sempre continuar.

AGRADECIMENTOS

A toda população do território rural de Resende, que me acolheram, proporcionaram excelentes trocas e que fizeram me apaixonar por esse tema durante o período em que estive trabalhando e pesquisando. Principalmente as pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa nas localidades da Capelinha, Bagagem, Vargem Grande e Terra Livre.

A toda a equipe do CRAS Itinerante ao longo desses anos, também com acolhimento, parceria e disponibilidade, inclusive durante a pesquisa.

Ao Professor Marcelo Duncan Alencar Guimarães, pela sua compreensão, atenção e orientação.

Aos professores que participaram da minha banca de avaliação, Professor Robson Amâncio, Professora Sabrina Soares da Silva, pela disponibilidade e contribuições.

Aos professores e colegas do PPGPDS por todas as contribuições e trocas.

A minha família, pelo privilégio de tê-los como referência em minha vida e que contribuíram muito na minha formação cultural. Pelo apoio em todos os momentos.

Ao meu companheiro Thiago, que sem seu apoio e compreensão, essa dissertação não seria possível.

O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

RESUMO

BALLARINI, Ananda. **Desenvolvimento Sustentável e Ruralidades: Estratégias para o Enfrentamento à pobreza de famílias residentes no território rural de Resende - RJ.** 2024. 70p Dissertação (Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Programa de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Desenvolvimento sustentável e território rural estão profundamente interligados. Territórios rurais desempenham um papel crucial na segurança alimentar, na conservação de biodiversidade e na manutenção de culturas e tradições locais. A relação entre desenvolvimento sustentável, população rural e pobreza é um aspecto complexo e multifacetado do planejamento de gestão territorial. Enfrentam desafios únicos quando se trata de erradicar a pobreza e promover um desenvolvimento que seja ambientalmente responsável e socialmente inclusivo. Nesse sentido, o estudo que propomos tem como objetivo pesquisar e discutir a pobreza, a busca e os entraves para superação da pobreza em busca do desenvolvimento sustentável em famílias vulneráveis residentes na zona rural de Resende - RJ. Com isso, objetivamos identificar os meios de sobrevivência das famílias pobres da zona rural de Resende-RJ e discutir se e, de que maneira, as famílias pesquisadas se apropriam dos recursos disponíveis em seu território em favor de sua sobrevivência e qualidade de vida. Para alcançar esses objetivos foram selecionadas 4 localidades existentes no território rural de Resende-RJ de forma aleatória. Nessas localidades foram realizadas entrevistas estruturadas com famílias que atendessem aos critérios de pobreza relacionadas ao Cadastro Único para Programas do Governo Federal. Além disso, foi utilizada a observação de campo e mapeamento das instituições públicas e da sociedade civil atuantes nas localidades. O resultado da pesquisa aponta que, apesar da proximidade com recursos naturais, a pobreza persistente é multifacetada e não facilmente resolvida apenas pelo acesso a ferramentas sustentáveis. Nesse sentido identificamos a importância de fortalecer os espaços comunitários, promover a participação das mulheres, investir em educação e capacitação profissional, e criar oportunidades de emprego local. Além disso, há uma necessidade urgente de melhorar o saneamento básico, promover práticas agrícolas sustentáveis e garantir a mobilidade das populações por meio de transporte público adequado. Portanto, a implementação de políticas públicas focadas nessas áreas é essencial para promover um desenvolvimento que beneficie a todos, respeitando os limites ambientais e sociais. Sendo necessário um investimento público de políticas que atendam essas demandas, com a participação e parceria também das organizações civis que atuem no entorno ou nas localidades discutidas, e principalmente com a população local.

Palavras-chave: Pobreza. Rural. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

BALLARINI, Ananda. **Sustainable Development and Ruralities: Strategies for Tackling Poverty of Families Residing in the Rural Territory of Resende - RJ**. 2024. 70p Dissertation (Master's in Sustainable Development Practices). Instituto de Florestas, Programa de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Sustainable development and rural territories are deeply interconnected. Rural territories play a crucial role in food security, biodiversity conservation, and the preservation of local cultures and traditions. The relationship between sustainable development, rural populations, and poverty is a complex and multifaceted aspect of territorial management planning. Rural areas face unique challenges when it comes to eradicating poverty and promoting development that is environmentally responsible and socially inclusive. In this regard, the study we propose aims to research and discuss poverty, the pursuit of overcoming it, and the barriers to achieving sustainable development in vulnerable families residing in the rural area of Resende - RJ. Thus, we aim to identify the means of survival of poor families in the rural area of Resende - RJ and discuss whether and how the families surveyed appropriate the resources available in their territory for their survival and quality of life. To achieve these objectives, four localities in the rural area of Resende - RJ were randomly selected. Structured interviews were conducted with families who met the poverty criteria related to the Cadastro Único for Federal Government Programs. Additionally, field observation and mapping of public institutions and civil society organizations active in the localities were used. The results of the research indicate that, despite proximity to natural resources, persistent poverty is multifaceted and cannot be easily solved just by access to sustainable tools. In this sense, we identified the importance of strengthening community spaces, promoting women's participation, investing in education and professional training, and creating local employment opportunities. Furthermore, there is an urgent need to improve basic sanitation, promote sustainable agricultural practices, and ensure the mobility of populations through adequate public transportation. Therefore, the implementation of public policies focused on these areas is essential to promote development that benefits everyone while respecting environmental and social limits. A public investment in policies that address these demands is needed, with the participation and partnership of civil organizations that work in the surrounding areas or localities, and, most importantly, with the local population.

Keywords: Poverty. Rural. Sustainable development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gênero, Faixa Etária e Raça/Cor	34
Quadro 2 – Estado Civil e Escolaridade	35
Quadro 3 – Benefício Assistencial e Previdenciário, Renda Familiar e Emprego	36
Quadro 4 – Condição de Moradia e Composição Familiar	37
Quadro 5 – Serviços Públicos que atendem as localidades, Forma de Acesso e Conhecimento sobre Organizações Cíveis que atuam na localidade	38
Quadro 6 – Descarte do Esgoto sanitário, acesso a água para consumo e acompanhamento de saúde	39

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AMAR – Agência do Meio Ambiente do município de Resende

APA – Área de Preservação Ambiental

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de informações do CadÚnico

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DIESEE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF – Instituto Estadual de Floresta

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra

ODS – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEAPPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro

SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social

SEGRH – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagoas

SINAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SNGRH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

USF – Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 JUSTIFICATIVA	17
3 REVISÃO DE LITERATURA	19
3.1 Pobreza Rural no Brasil	19
3.2 Indicadores de Pobreza	20
3.3 Insegurança Alimentar	21
3.4 Ruralidades	22
3.5 Desenvolvimento Sustentável	24
4 METODOLOGIA	28
5 PANORAMA DE RESENDE-RJ	30
5.1 Capelinha	31
5.2 Bagagem	32
5.3 Pedra Selada “Vargem Grande”	32
5.4. Comunidade Terra Livre	32
6 RESULTADOS	34
6.1 Dados Sociodemográficos	34
6.2 Conhecimento e Acesso a Serviços Públicos e presença de Organizações Civis atuantes nas localidades	37
6.3 Saneamento Básico e Saúde	38
6.4 Segurança Alimentar	40
6.5 Práticas relacionadas ao Meio Ambiente	40
6.6 Mapeamento de serviços públicos e organizações civis que atendem as localidades pesquisadas	40
7 DISCUSSÃO DOS DADOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE OCORRÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL DE RESENDE	44
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICE	61
Apêndice A – Entrevista Estruturada	61

*É o uso do território, e não o território em
si mesmo, que faz dele objeto da análise social.*

Milton Santos

1 INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, o Brasil passou por um rápido e profundo processo de urbanização, levando uma parte relevante da população rural a migrar para as cidades. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 15,28% da população brasileira vivem nos espaços rurais (IBGE, 2015)¹ aqui genericamente denominados “territórios rurais”. No entanto, o desenvolvimento desses territórios enfrenta desafios significativos relacionados à degradação ambiental, mudanças climáticas e de ordem econômicas. A população rural no passado era maioria e responsável pela principal atividade econômica do país, hoje além de diversa e plural enfrenta inúmeras questões sociais.

No Censo IBGE de 2010 foi apresentado diagnóstico que demonstra o perfil dos 16,2 milhões de pessoas extremamente pobres distribuídos pelo país todo. Nesse Censo foi colocado que a distribuição de pessoas pobres incide em percentuais próximos a 47% no meio rural e aproximadamente 53% no meio urbano. Contudo, quando comparamos, a incidência da pobreza, no campo, percebemos que de cada quatro brasileiros que viviam no meio rural, um era extremamente pobre. Comparando, portanto, vemos que enquanto 5% da população urbana podia ser caracterizada como extremamente pobre, 25% da população do campo encontrava-se nessa situação (Campello; Mello, 2014).²

Dessa forma, percebemos que em termos relativos, a pobreza no campo atinge um número maior de pessoas. Ademais, se comparado ao pobre urbanizado, o pobre rural tem, geralmente, menos oportunidades de acesso à direitos e às políticas públicas capazes de serem convertidas em oportunidades de geração de renda, capacitação profissional e emprego informal, ainda que precário (Duncan, 2013). De acordo com pesquisa do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2009), o desemprego em territórios com características rurais é alto, assim como a sua pauperização.

Historicamente, as populações rurais têm sido mais vulneráveis à pobreza devido a fatores como acesso limitado a serviços básicos, infraestrutura precária e falta de oportunidades econômicas diversificadas. A pobreza rural muitas vezes resulta em condições de vida precárias e em uma dependência de práticas agrícolas tradicionais que podem não ser sustentáveis a longo prazo. Além disso, a escassez de recursos e a baixa produtividade nas áreas rurais podem perpetuar ciclos de pobreza e marginalização.

Enquanto as áreas urbanas atraem grande parte da atenção e dos recursos, as comunidades rurais muitas vezes enfrentam desafios únicos e complexos que afetam seu bem-estar econômico, social e ambiental. Apesar dessa constatação, nos últimos anos, o debate, no

¹ No Brasil os critérios para a definição de área rural ficam por conta dos municípios, porém devem obedecer aos conceitos do IBGE. Até o CENSO de 2010 o rural é definido por contraponto, excluindo à área urbana, conceito estabelecido desde 1938. Somente em 2017, o IBGE apresentou um estudo em que propõe atualizar a forma de classificação das zonas rurais e reconhecendo a limitação de defini-las apenas por exclusão de área urbana. Tendo sido criadas cinco novas categorias para abarcar a realidade do rural brasileiro. Levando em conta não somente a densidade demográfica, sendo considerada também as características físicas dos territórios, como a homogeneidade das paisagens e das vizinhanças (IBGE, 2017).

² De acordo com entrevista divulgada na Revista Valor Econômico, datada de 23/02/2024, o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, informou que o IBGE ainda não divulgou os dados do Censo 2022 sobre a situação do domicílio, que aponta se está localizado em área rural ou urbana. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/02/23/parcela-da-populao-que-vive-nas-cidades-se-aproxima-dos-90-pontos-percentuais-diz-presidente-do-ibge.ghtml>.

campo progressista, sobre pobreza e desenvolvimento sustentável em territórios rurais têm ganhado destaque globalmente.

Embora existam inúmeras discussões e conceituação sobre o que é “desenvolvimento sustentável”, é possível adotar a noção de que, em linhas gerais, se busca a partir dele promover um progresso que não comprometa os recursos naturais para as gerações futuras, integrando práticas agrícolas responsáveis, gestão eficiente dos recursos hídricos e conservação da biodiversidade.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de território rural estão profundamente interligados, refletindo a necessidade de equilibrar desenvolvimento social, crescimento econômico e preservação ambiental em áreas que, tradicionalmente, têm sido o berço da produção de alimentos e recursos naturais. Territórios rurais, que abrangem desde pequenas propriedades agrícolas até vastas extensões de terras naturais, desempenham um papel crucial na segurança alimentar, na conservação de biodiversidade e na manutenção de culturas e tradições locais. Portanto, essa abordagem procura criar um equilíbrio onde a produção rural não apenas sustente a comunidade local, mas também preserve e melhore os ecossistemas, respeitando o valor das comunidades que habitam essas áreas.

Cabe ressaltar que a “ruralidade” não deve ser vista apenas como uma simples oposição à “urbanidade”. Em vez disso, ela deve ser entendida como um conjunto de práticas, relações sociais e modos de vida que variam de acordo com contextos históricos, culturais e econômicos. Essa perspectiva permite uma compreensão mais ampla das dinâmicas que permeiam os territórios rurais para a discussão sobre “ruralidades”, abordando a complexidade e a diversidade dos espaços rurais. Dessa forma, retomando o trabalho de Duncan (2013), sendo o rural, necessariamente espacial o desenvolvimento rural será, também, necessariamente, desenvolvimento de territórios de características “rurais”, não no seu aspecto normativo, mas no aspecto identitário.

É importante ressaltar que a relação entre desenvolvimento sustentável, população rural e pobreza é um aspecto complexo e multifacetado, sobretudo, do ponto de vista do planejamento e da gestão territorial, ou seja, desafios únicos precisam ser enfrentados quando se trata de erradicar a pobreza e promover um desenvolvimento econômico que seja ambientalmente responsável e socialmente inclusivo. Portanto, a promoção de um desenvolvimento sustentável em territórios rurais é essencial para garantir um futuro onde a prosperidade econômica e a preservação ambiental coexistam harmoniosamente.

Nessa perspectiva, a presente dissertação busca discutir esses processos de pauperização no município de Resende e estratégias de subsistência das famílias residentes em seu território. Há no município de Resende – RJ grande diversidade na característica de seus territórios rurais, tal qual descreve Carneiro não há uma ruralidade genérica, ao contrário, “se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (Carneiro, 1998, p.53 *apud* Lima, 2005, p. 61).

Portanto, faz-se necessário conhecer a realidade de condições em que vivem as famílias nos meios rurais em Resende e quais os desafios, entraves, para a busca do desenvolvimento sustentável e superação da situação de pobreza, superação da insegurança alimentar e vulnerabilidade social. Nesse sentido, o estudo que propomos tem como objetivo pesquisar e discutir a pobreza, a busca e os entraves para superação da pobreza em busca do desenvolvimento sustentável em famílias vulneráveis residentes na zona rural de Resende - RJ.

Com isso, objetivamos identificar os meios de subsistência das famílias pobres da zona rural de Resende-RJ e discutir se e, de que maneira, as famílias pesquisadas se apropriam dos recursos disponíveis em seu território em favor de sua subsistência e qualidade de vida. Nesse sentido, também entendemos como necessário mapear políticas públicas presentes no território, bem como movimentos e ações da sociedade civil voltadas ao desenvolvimento sustentável no território pesquisado e se alcançam o público pesquisado.

Para alcançar esses objetivos foram selecionadas quatro localidades, Capelinha, Terra Livre, Bagagem e Vargem Grande, dentre as quatorze existentes no território rural de Resende-RJ de forma aleatória (sorteadas), com o intuito de contemplar o todo. Nessas localidades foram realizadas entrevistas estruturadas com famílias aleatoriamente selecionadas, mas que atendessem aos critérios de pobreza relacionadas ao Cadastro Único para Programas do Governo Federal. Além disso, foi utilizada a observação de campo e mapeamento das instituições públicas e da sociedade civil atuantes nas localidades.

A presente dissertação está dividida em Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Panorama de Resende, Resultados, Discussão dos Dados e Considerações Finais.

- Na Introdução é apresentado o tema e é realizada a introdução para a proposta da pesquisa. Em seguida na Justificativa para o tema apresentado o contexto no qual surgiu o interesse pelo tema.
- Na seção dedicada à Revisão da Literatura, são abordados os tópicos relacionados à Pobreza Rural no Brasil, Indicadores de Pobreza, Insegurança Alimentar, Ruralidades e Desenvolvimento Sustentável. Nessa parte, cada tema é conceituado separadamente, seguido de discussões específicas que exploram suas inter-relações.
- Na seguinte seção, é descrito a Metodologia do Estudo e os instrumentais utilizados, explicando a utilização deles. Em seguida é apresentado um Panorama de Resende – RJ.
- Na parte sobre o Resultados são apresentados os dados do resultado das entrevistas, dividido nos seguintes tópicos: Dados Sociodemográficos, Conhecimento e Acesso a Serviços Públicos, Saneamento Básico, Segurança Alimentar, Práticas Relacionadas ao Meio Ambiente e Mapeamento de Serviços Públicos e Organizações da Sociedade Civil.
- Antes das considerações finais é feita a Discussão dos Dados: Considerações sobre as possibilidades de Desenvolvimento sustentável nas localidades rurais de Resende a partir dos resultados da pesquisa.
- Na parte final é realizado nas Considerações Finais, levando em considerando o exposto, com os dados que foram coletados é possível questionar por quê nos espaços rurais essa pobreza é tão presente, uma vez que, em tese, o acesso à meios naturais de sustento é aparentemente mais próximo. Em caso negativo, ou seja, o acesso não ser tão simples como poderia se imaginar, se uma vez garantido, esse acesso a ferramentas sustentáveis, essa pobreza diminuiria?

2 JUSTIFICATIVA

A ideia da dissertação foi pensada a partir do trabalho como Assistente Social, onde atuava em um Centro de Referência de Assistência Social³ (CRAS) que integra a Proteção Social Básica⁴, denominado “CRAS Itinerante”⁵ e trabalha atendendo as 14 localidades da Zona Rural do município de Resende-RJ, a saber: Serrinha do Alambari, Capelinha, Visconde de Mauá, Campo Alegre, Rio Preto, Jacuba, Bagagem, Pedra Selada “Vargem Grande”, Vila da Fumaça, Engenheiro Passos, Comunidade Terra Livre, Sertãozinho, Bulhões e Boca do Leão.

Através do trabalho no CRAS pudemos perceber que há nessas localidades uma grande vulnerabilidade social. Vulnerabilidade essa atravessada por várias questões sociais, tais como:

- a. Dificuldades com o acesso aos serviços, inclusive serviços públicos, limitando-se muitas vezes a uma unidade básica de saúde ou a uma escola, somente duas, Vargem Grande e Capelinha, das quatro localidades pesquisadas, possuem os dois serviços.
- b. As ofertas de empregos são escassas e precárias, onde muitas vezes o trabalho informal é o que se perpetua.
- c. Trabalhar fora da localidade muitas vezes também não se torna possível por falta ou escassez de transporte público.
- d. Essa condição de transporte público também dificulta o acesso da população rural a outros serviços básicos, tais como comércio, mercados, farmácias, entre outros.

Portanto, a pesquisa foi pensada de forma que seja capaz de contribuir para o entendimento dos entraves a um desenvolvimento sustentável para o fortalecimento, o sustento e autonomia das famílias, com o intuito de que possam permanecer em seu território, uma vez que, tais situações acabam por motivar a migração do campo para a cidade.

Como Assistente Social, o trabalho, além de ser voltado para a garantia de direitos, há dedicação para entender o modo de vida da população alvo da intervenção, bem como sua questão histórico-social. Alguns dos princípios do Código de ética do Assistente Social, e que vão de encontro a princípios de vida, apontam nessa direção:

³ De acordo com a Lei nº 12.435, de 2011 que altera a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social “§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias” (Brasil, 2011).

⁴ Ainda de acordo com a Lei nº 12.435, de 2011, em seu artigo 6º “A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2011).

⁵ O CRAS na modalidade Itinerante é normalmente vinculado a populações ribeirinhas, a modalidade existente no município de Resende - RJ não é regulamentada como itinerante, porém funciona de forma Itinerante, pois é exclusivo para territórios rurais não sendo vinculado a nenhum outro CRAS municipal.

I- O Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 1993).

Portanto, o intuito do estudo se coloca a fim de entender melhor essa realidade a partir da população rural do município de Resende – RJ e contribuir para o desenvolvimento de ações para a superação das vulnerabilidades apresentadas, através dos dados coletados e analisados da pesquisa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Pobreza Rural no Brasil

A pobreza no Brasil tem apresentado uma complexa evolução nos últimos anos, especialmente após a pandemia de COVID-19. Em 2020, o Auxílio Emergencial implementado pelo governo ajudou a conter o aumento da pobreza, garantindo renda para as famílias mais vulneráveis. No entanto, com a redução do benefício em 2021 e 2022, a pobreza voltou a aumentar devido à falta de melhorias no mercado de trabalho e ao impacto da inflação. A renda das famílias mais pobres foi severamente afetada, com os 40% mais vulneráveis sofrendo uma redução significativa, o que agravou a desigualdade social no país (ONU, 2022).

Relatórios recentes mostram que a extrema pobreza no Brasil teve uma queda de 40% em 2023, impulsionada por novos programas sociais e o aumento do salário mínimo. O governo federal também tem implementado políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que desempenham um papel crucial na redução da pobreza extrema (MDS, 2024).

Esses dados indicam que, apesar de alguns avanços, a pobreza no Brasil permanece uma questão central, ligada a questões estruturais de desigualdade e à necessidade contínua de políticas públicas eficazes para mitigar esses efeitos.

A pobreza rural no Brasil reflete condições preocupantes. A população rural no Brasil diminuiu a uma taxa superior à média global nos últimos 22 anos. Segundo dados do Banco Mundial, o percentual de brasileiros vivendo no campo teve uma queda de 33,8% entre 2000 e 2022, enquanto a redução global foi de 19,2%. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), esse êxodo rural está ligado à falta de oportunidades no campo, como trabalho e educação, e contribui para a urbanização desordenada e o aumento de favelas nas cidades. A redução no número de escolas rurais e matrículas entre 2010 e 2022, apontada pelo anuário da CONTAG, desenvolvido em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESEE), mostra o impacto negativo nas gerações mais jovens (MST, 2024).

As áreas rurais enfrentam maiores desafios econômicos, especialmente após a pandemia da COVID-19, que aumentou a vulnerabilidade econômica. A inflação recente também prejudicou a recuperação dessas comunidades, particularmente entre os povos indígenas e quilombolas (FGV, 2024). Apesar dessas dificuldades, de acordo com o IBGE, a agricultura familiar responde por mais de 70% da produção de alimentos, sendo crucial para a segurança alimentar do Brasil (Câmara dos Deputados, 2023).

Nesse sentido, os indicadores de pobreza desempenham um papel crucial na identificação e compreensão das condições socioeconômicas das populações em diferentes contextos. Esses indicativos oferecem uma maneira sistemática de medir a pobreza e suas diversas dimensões, permitindo que governos, organizações internacionais, pesquisadores e outras partes interessadas avaliem o progresso em direção a metas de desenvolvimento e implementem políticas eficazes de combate à pobreza.

3.2 Indicadores de Pobreza

A renda familiar per capita e o padrão de consumo são frequentemente usados como indicadores primários de pobreza. Esses indicadores avaliam a capacidade das famílias de atender às suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação. A linha de pobreza é definida com base em um limite mínimo de renda ou consumo necessário para garantir um padrão de vida decente, e as famílias que vivem abaixo dessa linha são consideradas em situação de pobreza. A renda é um dos principais indicadores para corte em muitos Programas Sociais e políticas públicas, que acabam não abrangendo uma pobreza mais ampla.

Já na Pobreza Multidimensional, além da renda, a pobreza multidimensional considera outras dimensões da privação, como acesso a serviços básicos (educação, saúde, água potável, saneamento), condições de moradia adequadas, segurança alimentar, entre outros. Essa abordagem reconhece que a pobreza não se limita apenas à falta de renda e pode ser causada por uma variedade de fatores inter-relacionados.

O conceito de pobreza multidimensional ganhou destaque nos estudos de desenvolvimento econômico e social a partir dos anos 1990, com influências importantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do trabalho de economistas como Amartya Sen. Sen, em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade” (1999), argumenta que o desenvolvimento humano deve ser medido pela capacidade das pessoas de realizarem escolhas e viverem uma vida com dignidade, ao invés de apenas pelo crescimento econômico. Ele propôs que a pobreza fosse entendida como uma privação de “capacidades” — ou seja, a falta de liberdade para as pessoas atingirem seu potencial (Fahel; Teles; Caminhas, 2016).

O desemprego e o subemprego são indicadores-chave da falta de oportunidades econômicas e podem contribuir significativamente para a pobreza. A taxa de desemprego mede a proporção da força de trabalho que está desempregada e procurando trabalho ativamente, enquanto o subemprego refere-se àqueles que estão empregados, mas trabalham menos horas do que gostariam ou estão em empregos inadequados em termos de remuneração e condições de trabalho. O trabalho, mesmo sendo considerado necessário para a existência e subsistência, é relativizado no campo de direitos e qualidade de vida. Não é suficiente apenas estar empregado, mas é necessário que o trabalho seja digno, oferecendo condições adequadas, remuneração justa e proteção social. Quando o emprego não garante esses direitos, ele pode perpetuar a pobreza ao invés de combatê-la.

Essa perspectiva é abordada em teorias sobre o trabalho decente, conceito amplamente promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo a OIT, o trabalho decente envolve não só a garantia de emprego, mas também o respeito aos direitos trabalhistas, acesso à proteção social e diálogo social. A ausência dessas condições leva a situações de vulnerabilidade, onde, apesar do trabalho, as pessoas continuam presas em ciclos de pobreza e exclusão social (Abramo, 2006).

A desigualdade de renda e de oportunidades pode exacerbar a pobreza ao limitar o acesso a recursos e oportunidades para os grupos mais vulneráveis da sociedade. Para medir essa desigualdade, um dos principais indicadores é o coeficiente de Gini, que quantifica a distribuição de renda em uma população. Este índice varia de 0 a 1, onde 0 representa igualdade perfeita (todas as pessoas têm a mesma renda) e 1 indica desigualdade extrema (uma única pessoa detém toda a renda). Assim, um coeficiente de Gini mais alto revela uma maior concentração de renda entre os mais ricos, enquanto um valor mais baixo sugere uma distribuição mais equitativa (Wolffenbüttel, 2004).

O acesso a serviços sociais básicos, como educação de qualidade, assistência médica adequada, água potável e saneamento, desempenha um papel crucial na redução da pobreza e no aumento do bem-estar humano. Indicadores relacionados à cobertura e qualidade desses serviços podem fornecer insights sobre o nível de desenvolvimento humano e as condições de vida das populações.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador composto que combina dados sobre renda, educação e saúde para fornecer uma medida abrangente do desenvolvimento humano em um determinado país ou região. Ele inclui indicadores como expectativa de vida ao nascer, anos médios de escolaridade e renda per capita ajustada ao poder de compra. O IDH é amplamente utilizado como uma medida de bem-estar humano e pode ser desagregado para analisar disparidades dentro de um país (Souza, 2008).

Em resumo, os indicadores de pobreza são ferramentas essenciais para monitorar e avaliar as condições socioeconômicas das populações e informar políticas eficazes de redução da pobreza. No entanto, é importante reconhecer que a pobreza é um fenômeno complexo e multifacetado, e nenhum indicador único pode capturar totalmente sua natureza. Portanto, uma abordagem integrada que leve em consideração uma variedade de indicadores é necessária para uma compreensão abrangente da pobreza e de suas causas subjacentes.

3.3 Insegurança Alimentar

No texto *Desenvolvimento Territorial e Políticas de Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil*, Zimmermann e outros (2014) analisam como as políticas públicas podem ser direcionadas para enfrentar a pobreza rural no Brasil, enfatizando a importância do desenvolvimento territorial como uma abordagem que considera as especificidades locais e regionais. Os autores discutem a necessidade de uma visão territorial para o desenvolvimento, que leve em conta as características e as potencialidades das regiões rurais, em vez de aplicar soluções uniformes. O texto ainda explora diversas políticas implementadas no Brasil, avaliando sua eficácia e sugerindo melhorias para que sejam mais eficazes no combate à pobreza. Por fim, Zimmermann e outros destacam a importância da participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento, argumentando que a inclusão social é essencial para o sucesso das políticas de enfrentamento à pobreza.

Em suas palavras:

A pobreza rural no Brasil é tributária da ocupação e formação econômica do país e, particularmente, do rápido processo de industrialização e de urbanização que comportou a contradição de promover grande expansão da produção econômica com danosos resultados sociais, notadamente, os elevados índices de pobreza. Esse modelo de desenvolvimento institucionalizou a pobreza rural através de mecanismos como a concentração fundiária, o uso intensivo de tecnologias modernas que liberam mão de obra, relações precárias de trabalho e a urbanização acelerada que esvazia o meio rural [...] somam-se a estes processos, tais como restrições no acesso à terra, limitações da educação oferecida, dificuldades no acesso aos mercados, privações de acesso a serviços básicos e deficiências de infraestrutura em várias áreas (Zimmermann *et al.*, 2014, p. 540).

Um dos aspectos mais básicos da pobreza é a fome ou o não acesso a alimentação adequada e de qualidade. Conforme Maluf, Menezes e Valente:

[...] torna-se fundamental afirmar o acesso à alimentação como um direito em si mesmo. Assumimos, aqui, a convicção de que a alimentação se constitui no próprio

direito à vida. E, por isto, sobrepõe-se a qualquer outra razão que possa justificar sua negação, seja de ordem econômica ou política. Negar este direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida (Maluf; Menezes; Valente, 1996, p. 72).

Para avaliar esse quesito utilizamos o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que no Brasil, é definido pela Lei nº 11.346/2006 como:

[...] a garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que respeitem a diversidade cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, tendo como princípios básicos o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar” (Brasil, 2006).

Portanto, para alcançar a SAN, é implicitamente necessário ter condições socioeconômicas e qualidade de vida adequadas. Já, no outro extremo, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) pode ser observada tanto em situações de alimentação insuficiente, como fome e desnutrição, quanto em situações de doenças decorrentes da alimentação inadequada, como o excesso de peso e deficiências específicas. As consequências dessas situações recaem sobre diferentes setores, especialmente o de saúde. Sendo assim a Segurança Alimentar “engloba o objetivo de garantir, a todos, condições de acesso suficiente, regular e a baixos custos aos alimentos básicos” (Maluf, 1994, p. 136). De acordo com o PNAD 2009 a Insegurança Alimentar é relativamente maior na população rural (IBGE, 2009).

Essa insegurança alimentar tem um impacto significativo em diversas áreas, especialmente na saúde pública, refletindo não apenas a insuficiência alimentar, mas também a qualidade dos alimentos consumidos. Para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional, é imprescindível que haja condições socioeconômicas adequadas, pois, a SAN é um pré-requisito fundamental para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações. A pesquisa da PNAD 2009 (IBGE, 2009) indica que a população rural enfrenta níveis mais elevados de insegurança alimentar, ressaltando a urgência de políticas públicas que garantam acesso a alimentos de qualidade e que promovam a dignidade humana.

3.4 Ruralidades

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. (Abramovay; Filho, 2003, p. 3 *apud* Buhr; Dallabrida, 2019, p. 7).

Os territórios rurais não são homogêneos em termos de atividades econômicas. Enquanto algumas regiões podem ser predominantemente agrícolas, outras podem se concentrar na pecuária, na produção de recursos naturais ou no turismo rural, dentre outros. Até mesmo na agricultura, há uma vasta gama de práticas e técnicas, desde a agricultura convencional até a agricultura orgânica e a agroecologia, refletindo a adaptação às condições locais e às demandas de mercado.

Assim, “Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura” (Abramovay, 2000, p. 6).

A diversidade cultural nas áreas rurais também é marcada por diferentes tradições, idiomas, práticas religiosas e modos de vida. Comunidades rurais podem ter formas distintas de organização social, sistemas de governança e práticas culturais que são profundamente enraizadas em sua história e ambiente. Essa diversidade cultural é um ativo importante que contribui para a riqueza do patrimônio cultural e para a coesão social.

De acordo com Maria José Carneiro “Nesses termos, consideramos que a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (2008, p. 30).

Os territórios rurais ainda variam amplamente em termos de características ambientais, como clima, solo e biodiversidade. Essas diferenças influenciam a produção agrícola e o manejo dos recursos naturais. A adaptação a essas condições específicas é crucial para o desenvolvimento sustentável e para a preservação dos ecossistemas locais.

O desenvolvimento econômico e a infraestrutura nas áreas rurais também apresentam grande variação. Enquanto algumas regiões rurais têm acesso a boas infraestruturas e oportunidades econômicas, outras enfrentam desafios significativos, como acesso limitado a mercados, serviços básicos e tecnologias. Essas disparidades afetam a capacidade das comunidades rurais de se desenvolverem e prosperarem.

A diversidade inclui a dinâmica de mudanças e inovações. A globalização, a mudança tecnológica e as políticas de desenvolvimento estão moldando as paisagens rurais de maneiras diversas, criando novas oportunidades e desafios.

O rural, como é caracterizado na relação de dicotomia entre o urbano e rural e um em detrimento do outro, também vem sendo reavaliado no campo da sociologia contemporânea. Maria José Carneiro (2012), avalia esse conceito e sua ressignificação. Assim como o novo pensamento sobre a população rural, que já não é mais caracterizada apenas pela produção agrícola. A mão de obra atual rural é composta de vários outros campos de trabalho, advindos dessa transformação rural, tais como jardineiros, pedreiros, caseiros, entre outros, reflexo também de uma alteração na ocupação dos espaços anteriormente tidos como rurais.

[...] ser contemporâneo é considerar a ruralidade como um atributo diferencial dos espaços rurais que deve seguir existindo durante e depois da intervenção produtiva que se fizer na região usando, para isso, os conhecimentos disponíveis que garantam a uma intervenção no ambiente de maneira sustentável (Duncan, 2013, p. 68).

A complexidade das interações sociais em um território, mostra que a apropriação de bens e recursos é um processo multifacetado, influenciado por uma variedade de fatores sociais e econômicos. Essa análise pode ser útil para entender dinâmicas comunitárias, políticas de desenvolvimento e questões de inclusão social.

A pesquisa de Carneiro (2008) também aborda os impactos da urbanização e da globalização nas ruralidades, discutindo como esses processos podem transformar as práticas e relações no campo. Ela alerta para os riscos da desarticulação das comunidades rurais e da perda de saberes tradicionais frente à imposição de modelos urbanos e capitalistas.

Reconhecer e valorizar a diversidade rural é essencial para criar políticas e práticas que respeitem e aproveitem as especificidades locais, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Essa abordagem permite que se atendam melhor às necessidades e potencialidades de diferentes comunidades, garantindo que o desenvolvimento não só seja eficiente, mas também equitativo e respeitador das identidades locais.

As combinações possíveis são muito mais diversas que isso, não só em termos da origem social dos atores sociais, mas também de suas posições em relação ao território: há aqueles que moram no lugar, mas trabalham fora, os que trabalham no lugar e moram fora (os técnicos responsáveis pelos projetos de desenvolvimento rural, por exemplo), os que moram e trabalham no lugar, os que passeiam etc. Essa heterogeneidade se expressa também nas maneiras de se apropriarem, uns e outros, dos bens materiais e simbólicos das localidades (ou territórios). Essa apropriação depende não apenas do capital econômico, cultural e social de cada indivíduo, mas também de sua posição nas redes sociais locais (Carneiro, 2008, p. 32).

Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de *ruralidade em geral*; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

De acordo com Milton Santos (2005, p. 255) “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

3.5 Desenvolvimento Sustentável

[...] no processo de surgimento do homem vamos constatar seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades (Saviani, 2007, p. 154).

Desde que a humanidade começou a acelerar a degradação dos solos, a extinção de espécies vegetais e animais, a contaminação das fontes de água, a disseminação de resíduos em todas as partes, bem como a acidificação dos oceanos e outras consequências da excessiva emissão de carbono na atmosfera, surgiu a preocupação de que essa espécie esteja minando as próprias bases biogeoquímicas que sustentam sua ascensão, conforme contextualiza José Eli da Veiga (2016).

Na “Era Antropoceno”, caracteriza-se pelo reconhecimento de que as atividades humanas são um fator dominante nas mudanças ambientais do planeta. Veiga argumenta que, neste contexto, é essencial reavaliar a relação entre as práticas econômicas nos territórios rurais e a sustentabilidade ambiental. Ele defende que as ações humanas, ao impactarem negativamente os ecossistemas, exigem uma abordagem integrada que priorize a conservação dos recursos naturais e promova a agroecologia. A transição para práticas mais sustentáveis não só é crucial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, mas também para garantir que as comunidades rurais possam prosperar sem comprometer os recursos que sustentam sua existência e bem-estar. Assim, a responsabilidade de promover um desenvolvimento que respeite os limites ecológicos se torna ainda mais urgente.

Na análise de José Eli da Veiga:

Por mais que seja importante determinar se o marco inicial do Antropoceno se relaciona com algum momento específico da expansão agrícola, da história dos combustíveis fósseis, da síntese da amônia, da Segunda Guerra Mundial ou da década de 1970, o aspecto mais relevante em termos práticos é questionar se e como a humanidade será capaz de demonstrar um nível de autocontrole adequado para realizar a transição para o que os principais atores preferem chamar de

“desenvolvimento sustentável” em vez de “eco desenvolvimento” (Veiga, 2016, p. 23).

Com isso começou a se pensar o que seria necessário para diminuir esses impactos ambientais e sociais. Ainda de acordo com Veiga (2016, p. 17), tudo indica que a primeira vez que o adjetivo “sustentável” foi usado em um texto para qualificar o desenvolvimento ocorreu em um seminário promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em Estocolmo, em 1979. Foi apresentado por W. Burger com o título “A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento”.

Embora o conceito de sustentabilidade provenha da ecologia e seja bem anterior, assim como o conceito de desenvolvimento sustentável provém da ideia de eco desenvolvimento, também anterior, a Conferência de Estocolmo foi um marco importante na difusão deste conceito. A discussão acerca da questão de que os recursos da Terra são esgotáveis, foi debatido - se nossa sobrevivência neste planeta seria possível caso esses recursos sejam exauridos. Portanto, o desenvolvimento sustentável foi colocado de forma que as ações realizadas no presente tenham impacto que permita às gerações futuras manterem sua sobrevivência e bem-estar. Para isso seria necessário uso consciente dos recursos naturais, por meio de novas alternativas e ações em relação ao planeta e as implicações para o bem-estar coletivo (Veiga, 2016).

Em 1983, foi criada pela Organização das Nações Unidas, a Comissão sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987 foi apresentado o relatório de Brundtland, no qual descrevia o que seria necessário para o nosso bem comum.

Em 1992, na Conferência da Terra (ECO 92), no Rio de Janeiro – RJ, essa discussão foi mais intensificada. Como resultado, foi assinado por 179 países um acordo no qual se comprometiam com uma série de ações, a Agenda 21. Com metas que estabeleciam de que até os anos 2000, os países signatários reduziriam ou tentariam alternativas de preservação do meio ambiente para seus respectivos países, ampliando a discussão sobre um desenvolvimento sustentável.

Após esta Conferência outras se seguiram como a Rio +10, em 2002 e a Rio+20, em 2012, dentre outras conferências, para reavaliação das ações pactuadas, inclusive com revezamento em outros países. A partir de 2012, iniciou-se um extenso processo de consulta global para se pensar o que seria necessário para garantir a sobrevivência futura, com isso desenvolveu-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável as ODS. Para essa finalidade foram realizados debates com governos, sociedade civil, setores privados e cidadãos para garantir que os ODS fossem abrangentes e refletissem as preocupações e prioridades globais.

Em 2015, na Conferência sobre o clima de Paris, essa discussão foi reavaliada e ampliada, culminando na implementação da Agenda 2030 e apresentando o que seriam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS envolvem três dimensões: Ambiental, Social e Econômica. Com a proposta dos 17 ODS ampliou-se o debate do que seria necessário para a sobrevivência de nossa espécie e da biodiversidade do nosso planeta de forma que se assegure além da sobrevivência, que seja uma sobrevivência justa (Veiga, 2016).

Cada ODS tem metas específicas que são desdobradas em indicadores para acompanhar o progresso e garantir que os objetivos sejam alcançados até 2030. Abaixo estão listados os 17 ODS:

1. Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.

2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.
4. Educação de Qualidade: Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de Gênero: Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Potável e Saneamento: Assegurar disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia Acessível e Limpa: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Redução das Desigualdades: Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na Água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, manejar de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, e deter e reverter a degradação da terra e a perda de biodiversidade.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, prover acesso à justiça para todos, e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (PNUD, 2024).

Portanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram firmados como um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Considerando que para este fim, não há como deixar de entrelaçar todos os objetivos, sendo, portanto, necessário o avanço em todos os quesitos.

No entanto, quando se fala em desenvolvimento sustentável, há que se considerar que

o discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitantes que respondem a visões e interesses diferenciados. Suas propostas vão desde um neoliberalismo econômico, até a construção de uma nova racionalidade produtiva. (LEFF, 2008, p. 106).

Ainda sobre a discussão, Daly (2004), reflete que o termo “desenvolvimento sustentável” também é bastante questionável, a partir do momento em que muitas vezes o

processo de desenvolvimento seria pensado em algo como expansão, o que não o tornaria sustentável.

José Eli da Veiga demonstra que:

Na concepção de Amartya Sen e de Mahbub ul Haq, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. Sendo quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade (Veiga, 2016, p. 10).

Esses elementos também formaram inclusive o princípio para a elaboração do conceito de Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH). Contudo, Veiga continua e reflete que é necessário além da conceituação de Amartya Sen que “o desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos” (Veiga, 2016, p. 43).

De acordo com Leff (2008), os desafios no tocante ao desenvolvimento sustentável implicam necessariamente em formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases tecnológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Sob essa perspectiva, Leff aponta que, o desenvolvimento sustentável reivindica o direito à educação, à capacitação e à formação ambiental como fundamento da sustentabilidade. Sendo assim a cada homem e a cada sociedade permitir-se-ia produzir e se apropriar de saberes, técnicas e conhecimentos para participar da gestão de seus próprios processos de produção, decidindo suas condições de existência e definindo sua qualidade de vida. Rompendo assim, a dependência e a iniquidades fundadas na distribuição desigual do conhecimento e promovendo um processo em que cidadania e governos sejam capazes de intervir a partir de seus próprios saberes e capacidades, nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento sustentável.

A generalização das atitudes que conduzam ao desenvolvimento sustentável depende da criação de incentivos à preservação do “capital natural”. Apesar de haver um amplo consenso a respeito da necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável, ainda existem controvérsias sobre o tipo de capital que se deve procurar sustentar. O conceito pressupõe a igualdade de oportunidades econômico sociais e ecológicas entre a geração corrente e as gerações futuras. Resta saber se o consumo atual do capital natural poderá ser substituído no futuro por outras formas de capital para satisfação das necessidades das gerações vindouras (Duncan, 2013, p. 54).

Dessa forma, observamos que Leff destaca a importância da educação e capacitação para empoderar as sociedades na gestão de seus próprios recursos, promovendo uma cidadania ativa. Duncan, por sua vez, complementa ao enfatizar que a preservação do capital natural é fundamental, mas questiona como garantir essa sustentabilidade intergeracional. De todo modo, destaca-se a necessidade de integrar conhecimento, equidade e preservação em um modelo de desenvolvimento que beneficie tanto o presente quanto o futuro.

4 METODOLOGIA

A proposta do projeto discute a pobreza rural no município de Resende – RJ, sendo assim se faz necessário apresentar dados sobre o município a fim de enriquecer a discussão tendo em vista os objetivos da pesquisa. A sua população estimada é de 133.244, sendo 94% em território urbano, enquanto 6% em território rural (IBGE, 2022). Segundo os dados do Cadastro Único, são 16.494 o número de famílias inscritas no município em março de 2024. Desse total, 1.379 famílias são inscritas na zona rural do município, dessas, 668 famílias em situação de extrema pobreza, 82 em pobreza e, 268, baixa renda (MDS, 2022).

Foi realizado, também, pesquisa de campo quanti-qualitativa com famílias residentes em quatro regiões rurais do município de Resende-RJ, dentre as quatorze localidades existentes, escolhidos de forma aleatória, a fim de que possam servir como amostra representativa dessa totalidade. Foram estudadas as localidades de Bagagem, Pedra Selada (Vargem Grande), Capelinha e Terra Livre.

Nesta etapa, foram selecionadas famílias com perfil de pobreza e (ou) extrema pobreza, bem como baixa renda atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em cada uma dessas localidades. Para a delimitação a busca das famílias, usamos dados mais recentes do Consulta, Seleção e Extração de informações do CadÚnico - CECAD⁶, porém não limitamos a pobreza somente de acordo com os critérios de renda utilizados no Cadastro Único⁷. Nele, os critérios para famílias em situação de pobreza são de renda per capita de até R\$218,00 e de R\$109,00 para famílias em situação extrema pobreza (Brasil, 2021). No entanto, famílias onde a renda familiar não ultrapasse três salários mínimos e a renda per capita não seja maior do que meio salário mínimo, também atendem o perfil para inscrição no Cadastro Único, sendo consideradas “baixa renda”.

A utilização destes instrumentos é norteadora, afinal não é somente com esses critérios que se pode delimitar a noção de pobreza pois, de acordo com Yazbek (2012), a pobreza é uma expressão direta das relações sociais, não se restringindo a bens materiais, ou seja, “é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças” (Martins, 1991 *apud* Yazbek, 2012, p. 290).

Nesse sentido, mesmo não se enquadrando no perfil de pobreza delimitado pelo CadÚnico, aquelas que atendem o perfil para inscrição foram compreendidas como nosso público-alvo também em razão de serem evidentemente “pobres”. Para isso as entrevistas foram realizadas em parceria com o CRAS Itinerante, sendo realizadas nos dias de atendimento do CRAS nas localidades especificadas. Este momento também foi aproveitado para realizarmos estudo de campo com observação.

Considerando os objetivos propostos foram realizadas entrevistas individuais (um representante por família de cada localidade) com os sujeitos da pesquisa, nas quatro

⁶ De acordo com o endereço eletrônico do Ministério da Cidadania “O CECAD é uma ferramenta que disponibiliza para qualquer cidadão os dados sintéticos não identificados do Cadastro Único, que são de acesso público. Nesse sentido pode ser utilizada por associações comunitárias, organizações da sociedade civil, jornalistas, estudantes, pesquisadores entre outros” (MDS, 2022).

⁷ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é uma ferramenta de “registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda” (Brasil, 1993).

localidades, selecionando de acordo com o cálculo de amostragem. O cálculo para a amostragem levou em consideração nível de confiança em 90% e margem de erro em 10%. a seleção que deveria ser feita foi de 21 famílias inscritas no CadÚnico, com os perfis descritos acima. Na localidade de Bagagem, o questionário deveria ser aplicado em 17. Na Capelinha, de 20 famílias inscritas, deveriam ser 16 entrevistadas. No distrito de Pedra Selada (Vargem Grande), de 33 famílias, deveriam ser selecionadas 23. Por último de 25 famílias inscritas na Terra Livre, 19 deveriam participar.

A entrevista estruturada (APÊNDICE) foi pensada de forma a abordar questões tais como:

- a. Dados sociodemográficos;
- b. Conhecimento e acesso a serviços públicos e a presença de Organizações Cívicas atuantes nas localidades;
- c. Saneamento básico e Saúde
- d. Segurança Alimentar;
- e. Práticas relacionadas ao meio ambiente.

Por esse meio esperamos ter identificado como as pessoas residentes nessas localidades compreendem sua condição e quais estratégias desenvolvem para a superação de sua condição e quais precisam ser desenvolvidas. Além disso, acreditamos que nesta etapa foi possível identificar quais respostas institucionais alcançam o público pesquisado.

Por fim, para complementar a pesquisa foi mapeado, por meio da comunicação com as instituições locais, as políticas públicas e ações de organizações cívicas existentes voltadas para o desenvolvimento sustentável no(s) territórios. Fizemos busca em sites oficiais, contatos telefônicos e por e-mail com instituições que trabalham em alguma política pública inserida na localidade, para entender o trabalho que é realizado, como é realizado e se alcança a população para a qual é destinada. Nesta etapa acreditamos que foi possível identificar como o poder público local e a sociedade civil compreende os problemas da localidade e se organiza em ações institucionais para responder ao que se identifica como problema.

A metodologia apresentada foi com o intuito de conhecer e de entender o modo de vida, dinâmicas que compõem as estratégias de sobrevivência dessas famílias sobretudo, quanto a segurança alimentar, obtenção e segurança de renda⁸ e promoção de saúde⁹, o que é necessário para avaliar a possibilidade de estratégias que visem a superação da pobreza em busca de desenvolvimento sustentável.

⁸ Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a “segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego” (BRASIL, 2004, p. 31).

⁹ A Política Nacional de Promoção de Saúde define promoção de saúde como “uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso País, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle sociais na gestão das políticas públicas (Brasil, 2010, p. 12).

5 PANORAMA DE RESENDE-RJ

Resende é um município localizado no interior Estado do Rio de Janeiro, ao sul do Estado na região conhecida como Vale do Paraíba. Com uma área territorial de aproximadamente 1.130 quilômetros quadrados, Resende é conhecido por sua diversidade geográfica, que inclui montanhas, vales, rios, abrigando uma parte significativa do Parque Nacional da Serra da Bocaina. O município de Resende encontra-se em uma localização estratégica no principal trecho entre os municípios do Rio de Janeiro-RJ e São Paulo - SP. Além disso, também faz fronteira com os estados de São Paulo e Minas Gerais (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

Atualmente o município de Resende tem como principais atividades econômicas da região a indústria automotiva, com a presença de grandes montadoras como a Nissan e a MAN Latin America, que contribuem significativamente para a geração de empregos e o crescimento econômico local. Resende também abriga a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN (Exército Brasileiro) (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

É necessário contextualizar historicamente o processo de ocupação do município. Resende reflete o processo de ocupação observado ao longo da história do Brasil. Inicialmente habitada pelos povos Puris, uma tribo indígena que ocupava grande parte da região do Vale do Paraíba e, em especial, parte do território de Resende, a área viu sua paisagem e dinâmica social mudarem com a chegada e ocupação da caravana liderada pelo bandeirante paulista Simão da Cunha Gago, que obteve permissão para explorar a região em busca de ouro e pedras preciosas, estabelecendo acampamento numa colina que se estendia sobre o Rio Paraíba. Este movimento tinha como objetivo proteger os interesses da coroa, principalmente as rotas do ouro provenientes das regiões de Minas Gerais. No decorrer dos anos Resende sofreu transformações tanto econômicas, sociais, quanto culturais (Dias *et al.*, 2015).

De acordo com o site da Prefeitura de Resende (2024), em 1840 o café se tornou a grande riqueza, transformando lavradores em fazendeiros, que construíram sobrados na até então Vila. Logo depois, em 1848, com o café impulsionando o desenvolvimento, em 13 de julho, Resende foi elevada à categoria de “cidade”. Na época, a população era de cerca de 19 mil pessoas, incluindo 9.814 livres e 8.663 escravos. O município foi dividido em seis distritos.

O café era transportado para o Porto de Angra dos Reis em muares, mas a navegação pelo Rio Paraíba começou nesse período. Em 1850, com a proibição do tráfico de escravos, houve um aumento nos custos de produção de café. Vinte anos depois a terra esgotada tornou-se improdutiva, levando muitos cafeicultores a migrarem para o Oeste Paulista. Processo semelhante em todo o Sul Fluminense. Após esse período, emigrantes de Minas Gerais começaram a estabelecer-se em Resende, iniciando a atividade pecuária leiteira. Atividade essa que até hoje ainda é a principal na extensão rural do município (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

A região de Resende é caracterizada por uma topografia variada, com montanhas e vales, e faz parte da Mata Atlântica. As áreas de maior altitude, como as regiões montanhosas, são menos adequadas para a agricultura intensiva, enquanto os vales e áreas mais baixas são mais férteis, porém não há muita produção agrícola.

Em Resende há grande diversidade nos territórios com características rurais. A zona rural abrange áreas ao redor da cidade principal e inclui várias pequenas localidades e vilarejos.

Atualmente, no município de Resende-RJ, as áreas classificadas como rurais pelo Plano Diretor Municipal incluem os distritos de Engenheiro Passos, Visconde de Mauá (abrangendo as localidades de Campo Alegre e Rio Preto), Vila da Fumaça e Pedra Selada (Vargem Grande). Além desses distritos, outras localidades como Bagagem, Jacuba, Bulhões, Boca do Leão, Sertãozinho e Comunidade Terra Livre também são consideradas parte da área rural, conforme o Plano Diretor Municipal de 2013.

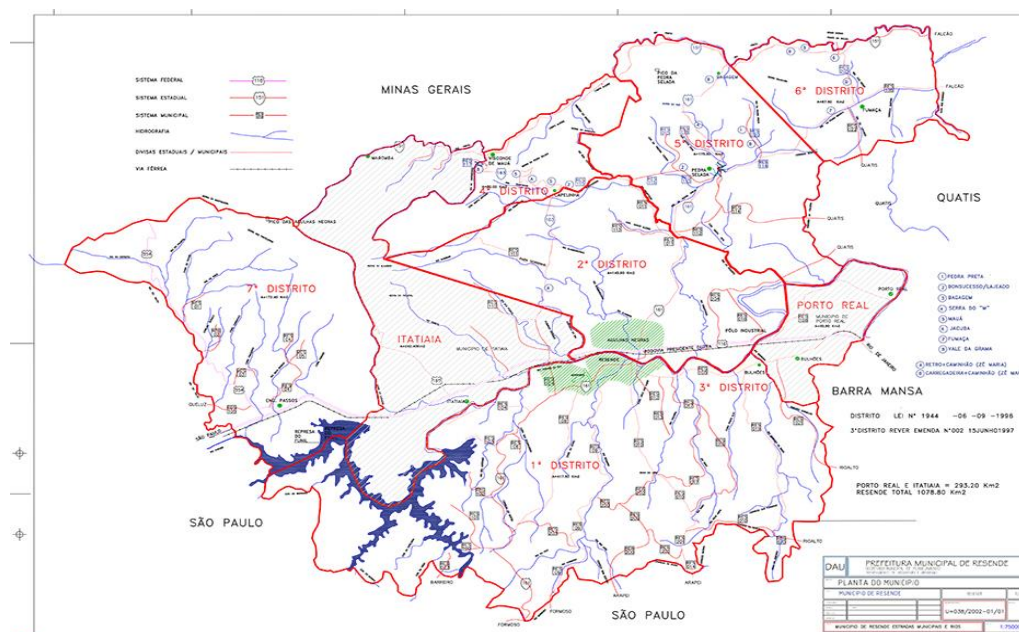


Figura 1 – Mapa da divisão Distrital de Resende.
Fonte: Prefeitura Municipal de Resende (2002).

Em seguida, faremos uma breve descrição das características das localidades estudadas.

5.1 Capelinha

Capelinha fica no caminho para a região de Visconde de Mauá (que se configura como o grande polo turístico do município), situada a 20 km do centro urbano de Resende. É uma área típica de pecuária leiteira, embora outra importante atividade econômica seja voltada para o turismo, frequentada por ciclistas e praticantes de voo livre, especialmente pilotos de parapente (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

A Capelinha é cercada por grandes propriedades rurais. Muitos dos residentes da localidade são trabalhadores destas propriedades. Em termos de infraestrutura para os moradores locais a localidade possui duas escolas públicas municipais, uma inclusive dentro de uma grande fazenda, além de uma Unidade de Saúde da Família (USF). Há nessa localidade maior oferta de linha de ônibus, pois é o principal eixo que liga Visconde de Mauá que, como mencionado, tem grande apelo turístico.

5.2 Bagagem

A vila de Bagagem recebeu esse nome devido a um incidente em que uma família que se mudou para a região abandonou suas bagagens em uma fazenda. Os habitantes locais frequentemente visitavam o local para ver as “bagagens”, e esse costume deu origem ao nome da localidade. A localidade além de atividades de pecuária também é voltada para o turismo ecológico. Muitas das pessoas que residem em Bagagem são de famílias que se estabeleceram há muitos anos lá ou são formadas por pessoas em busca de trabalho rural (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

Em relação à saúde, em Bagagem existe uma USF. Até 2019 havia uma escola, que funcionava de forma multisseriada até o 5º ano, mas que foi fechada durante a pandemia e ainda não retornou. As crianças que lá estudavam foram transferidas para escolas em territórios não tão próximos, mas com transporte escolar municipal. O transporte público funciona com ônibus somente em dois horários por dia. Um de manhã, por volta das 8h e outro retornando no final da tarde, aos finais de semana não há circulação de ônibus, o que dificulta o acesso das famílias a cidade ou de pessoas que queriam visitar a localidade.

5.3 Pedra Selada “Vargem Grande”

Originalmente denominada Ibitigoaia em 1943, a localidade recebeu sua atual denominação, Pedra Selada, em 1944, embora a população ainda se refira a ela como Vargem Grande. Foi nessa área que as primeiras plantações de café do Vale do Paraíba foram estabelecidas. Com o declínio da cultura cafeeira, também com o esgotamento do solo, a pecuária leiteira se tornou predominante na região. Atualmente, além da produção leiteira, também são produzidos manteiga, queijo, cereais e tubérculos (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

Vargem Grande também possui escola pública municipal Hetelvina Carneiro e unidade básica de saúde, além de um posto de Guarda Florestal. Possui grandes propriedades rurais. Como tem mais acesso a transportes públicos municipais, tem uma população residente que não necessariamente trabalha em propriedades rurais, e alguns conseguem se deslocar para a parte urbana de Resende para trabalhar. É uma das principais ligações para outras localidades como Fumaça, Bagagem e Jacuba, pertencentes ao município de Resende-RJ como também a estrada que dá acesso a Bocaina de Minas - MG.

5.4. Comunidade Terra Livre

Inicialmente surgiu como uma ocupação do Movimento “Sem-Terra” em 1999. Na ocasião ocupação se deu como justificativa que além das terras ocupadas serem improdutivas o proprietário das terras, Sr. Klotz, respondia a alguns processos por trabalhos análogos a escravidão (Pereira, 2007). O assentamento inicialmente contava com 60 famílias. Das famílias originais somente sete permanecem, apesar de hoje em dia ter em torno de cem famílias residentes.

A localidade não possui transporte público, nem unidade básica de saúde. O que coloca essa localidade, mesmo não sendo tão distante geograficamente da região central de Resende, como outras localidades apresentadas, porém com maior vulnerabilidade social. Muitas vezes atravessam o Rio Paraíba do Sul, que margeia toda a Comunidade, com um pequeno barco, para conseguirem ter acesso a atendimentos de saúde em Itatiaia-RJ, município vizinho a

Resende, por conta da proximidade da localidade. Como dito anteriormente, mesmo não sendo tão distantes das outras localidades, ainda é bem distante e de acesso difícil. Durante a pesquisa foi recebida a informação de que a escola municipal Chico Mendes que funcionava na localidade, foi fechada neste ano de 2024.

Em conversa realizada durante as entrevistas foi informado que a comunidade conta com uma Associação de Moradores, outrora forte e atuante, porém hoje em dia não consegue a mesma mobilização passada. Os moradores da localidade estão, há pelo menos vinte anos, em processo judicial pela regulamentação de seu território, estão tentando regulamentar pelo menos 20% do território, que originalmente era de cem hectares.

6 RESULTADOS

6.1 Dados Sociodemográficos

Foram ouvidas para essa pesquisa 32 pessoas, das respectivas localidades acima mencionadas. Na localidade de Bagagem foram entrevistadas 9 pessoas, em Vargem Grande foram 8 pessoas, na Capelinha 5 e na Terra Livre 10.

Quadro 1 – Gênero, Faixa Etária e Raça/Cor

Dados Sociodemográficos		Localidades					
		Terra Livre	Capelinha	Vargem Grande	Bagagem	Sub total	%
Gênero	Homem	3	0	1	4	8	25,0%
	Mulher	7	5	7	5	24	75,0%
Faixa Etária	25 a 35	1	2	1	1	5	15,6%
	36 a 45	3	1	3	2	9	28,1%
	46 a 55	1	0	1	1	3	9,3%
	56 a 65	4	1	2	4	11	34,5%
	Mais de 65	1	1	1	1	4	12,5%
Raça/Cor	Branco (a)	2	2	2	5	11	34,4%
	Preto (a)	2	1	1	1	5	15,6%
	Pardo (a)	4	1	3	2	10	31,2%
	Moreno (a)	2	1	2	1	6	18,8%

Como é possível visualizar no Quadro 1, dessas 32 pessoas entrevistadas, 24 eram mulheres e 8 homens que responderam ao questionário. A questão de gênero é um fator que se apresenta frequentemente quando se trata do protagonismo das mulheres em relação a participação em Programas ou ações sociais. A faixa etária dos entrevistados varia de 25 a 69 anos. Entrevistados com idade entre 25 e 35 anos foram 5. Entre 36 e 45, 9. Entre 46 e 55, foram 3. Entre 56 e 65, 11. Acima de 65 anos, 4.

Dentre os entrevistados 11 declararam-se brancos enquanto 15 declararam-se pretos ou pardos, sendo 10 pardos e 5 pretos. Ainda tiveram 6 pessoas que se declararam “morenos”. A definição de morena não se encaixa dentro das linhas definidas sobre a cor de acordo com os critérios definidos pelo IBGE que aqui foram utilizados, porém como é declaratório, mesmo sendo explicado, não é possível descartar (IBGE, 2023).

Quadro 2 – Estado Civil e Escolaridade

Dados Sociodemográficos		Localidades					
		Terra Livre	Capelinha	Vargem Grande	Bagagem	Sub total	%
Estado Civil	Solteiro (a)	5	3	4	4	16	50,0%
	Casado (a)	3	2	1	1	7	21,8%
	Divorciado (a)	1	0	2	1	4	12,5%
	Separado (a)	0	0	1	2	3	9,4%
	Viúvo (a)	1	0	0	1	2	6,3%
Escolaridade	Não Alfabetizado (a)	2	2	0	0	4	12,5%
	Ensino Fund. Incompleto	6	2	8	6	22	68,7%
	Ensino Fund. Completo	0	0	0	1	1	3,2%
	Ensino Médio Incompleto	1	1	0	0	2	6,2%
	Ensino Médio Completo	0	0	0	2	2	6,2%
	Não respondeu	1	0	0	0	1	3,2%

No quadro 2, é possível verificar que quando perguntados sobre o estado civil, 16 pessoas informaram serem solteiras, 7 casadas, 4 divorciadas, 3 separadas e 2 viúvas. O estado civil é a condição legal em que se encontra a pessoa, porém não configura o arranjo familiar. Das mulheres que responderam solteiras, 4 residiam com companheiro.

Na questão sobre a formação escolar foi possível verificar que nenhum entrevistado cursou nível superior ou tecnológico. A grande parte dos entrevistados, 22 pessoas, declararam ter Ensino Fundamental incompleto. Com Ensino Fundamental Completo, somente 1. Ensino Médio Completo 2 e Com Ensino Médio incompleto, 2 pessoas. Ainda 4 pessoas responderam que não foram alfabetizadas e 1 não soube responder à questão sobre escolaridade.

Quadro 3 – Benefício Assistencial e Previdenciário, Renda Familiar e Emprego

Dados Sociodemográficos		Localidades					
		Terra Livre	Capelinha	Vargem Grande	Bagagem	Sub total	%
Benefício Assistencial e previdenciário	Sem benefícios	1	0	0	3	4	12,5%
	Bolsa Família	5	2	7	3	17	53,1%
	BPC	2	1	1	0	4	12,5%
	Aposentadoria	1	1	0	3	5	15,6%
	Pensão	1	0	0	1	2	6,3%
Renda Familiar	Sem renda	5	1	5	5	16	50,0%
	Até R\$ 1.412	3	4	3	2	12	37,5%
	De 1 a 3 salários mínimos	2	0	0	2	4	12,5%
Emprego	Formal	0	0	0	0	0	0%
	Informal	0	0	0	2	2	6,2%
	Desempregado	10	5	8	7	30	93,8%

No Quadro 3, vimos que a renda familiar da maioria dos entrevistados girou em torno de 0 a R\$ 1.412,00. Somente dois entrevistados tiveram a renda maior, até 2 salários mínimos, sendo 1 com 2 aposentadorias (a própria pessoa mais o esposo), e outro fruto de 2 BPC (da própria pessoa e do esposo). A quantidade de pessoas entrevistadas com renda R\$ 0 foi de, 11 pessoas. Dessas pessoas que declararam renda R\$ 0, 5 ainda não recebem nenhum benefício. Quando perguntados sobre se recebem algum benefício assistencial, 17 recebem o Bolsa Família e 4 pessoas recebem o BPC. Além de benefícios assistenciais, foram contabilizados os benefícios previdenciários, sendo que 5 pessoas recebem aposentadoria e 2 pessoas recebem pensão, no valor de 1 salário mínimo.

A maioria dos entrevistados, 30 entrevistados, não possui emprego, ainda que informal, porém 2 responderam que trabalham informalmente. No total nenhuma dessas pessoas trabalha de carteira assinada. Foram questionados sobre a origem da renda quando desempregados. A maioria da renda vem de benefício de transferência de renda, Programa Bolsa Família, porém muitos deles responderam que precisam as vezes fazer trabalhos pontuais, “bicos” para complementar a renda, além de precisarem de ajuda de familiares ou amigos.

Quadro 4 – Condição de Moradia e Composição Familiar

Dados Sociodemográficos		Localidades					
		Terra Livre	Capelinha	Vargem Grande	Bagagem	Sub total	%
Condição da moradia	Própria	10	1	4	8	23	71,8%
	Cedida	0	3	2	1	6	18,8%
	Alugada	0	1	2	0	3	9,4%
Composição familiar	Com 1 pessoa	3	0	1	6	10	31,2%
	Com 2 pessoas	2	1	2	3	8	25,0%
	Com 3 pessoas	0	1	1	0	2	6,3%
	Com 4 pessoas	3	3	3	0	9	28,2%
	Mais de 4 pessoas	2	0	1	0	3	9,3%

É possível observar sobre a questão da habitação no Quadro 4, onde 23 declaram ter casa própria, mesmo que seja por ocupação. Com moradia cedida por terceiros, são 6. Que alugam um imóvel são 3. Ainda afim de entender o panorama dos entrevistados foi questionado o número de pessoas que residem na mesma casa. Pessoas que responderam que moram sozinhas foram 10. Das casas com composição de 2 pessoas, 5 são casais, 2 composições de uma pessoa com o filho e uma respondeu que mora com mais uma outra pessoa, mas sem lhe conferir nenhum status. Das casas de configuração com 3 pessoas, 1 pessoa mora com 2 filhos e um casal reside com o neto. Nas residências com composição de 4 pessoas, 3 são casais com filhos e as demais são de mães com 3 filhos. Na composição familiar de mais de 4 pessoas, são de uma família com casal e 5 filhos, outra família de casal mais 3 filhos e uma neta e por último de uma mãe e 4 filhos.

6.2 Conhecimento e Acesso a Serviços Públicos e presença de Organizações Cíveis atuantes nas localidades

As informações coletadas sobre o Conhecimento e Acesso a Serviços públicos, bem como a presença de Organizações Cíveis atuantes na localidade foram sintetizadas no Quadro abaixo.

Quadro 5 – Serviços Públicos que atendem as localidades, Forma de Acesso e Conhecimento sobre Organizações Cíveis que atuam na localidade

Conhecimento e Acesso a Serviços Públicos e presença de Organizações Cíveis atuantes nas localidades		Localidades					
		Terra Livre	Capelinha	Vargem Grande	Bagagem	Sub total	%
Serviços Públicos que atendem as localidades	CRAS	10	3	8	9	30	93,8%
	USF	0	5	8	9	22	68,8%
	Escola	7	2	7	0	16	50,0%
	Serviço de Limpeza	0	0	1	1	2	6,3%
	SINE	2	0	0	0	2	6,3%
	Coleta de Lixo	1	0	0	0	1	3,1%
	Transporte público escolar	2	0	0	0	2	6,3%
Forma de Acesso	Procuram quando precisam	10	5	7	8	30	93,7%
	Recebem visita domiciliar ou contato telefônico	3	2	2	5	12	37,5%
Conhecimento sobre Organizações cíveis que atuam nas localidades	Conhecem	0	0	0	0	0	0%
	Não conhecem	10	5	8	9	32	100%

Observamos que quando perguntados sobre os serviços públicos que conhecem que atuam nas localidades de acordo com o demonstrado no Quadro 5, 30 pessoas responderam CRAS Itinerante, 22 responderam USF, 16 responderam escola, 2 pessoas responderam serviço de Limpeza, 2 pessoas responderam Sistema Nacional de Emprego (SINE), 2 pessoas transporte público escolar e 1 pessoa respondeu Coleta de Lixo.

Sobre como se dá o acesso aos Serviços Públicos citados, 30 responderam que procuram quando precisam e 12 responderam que recebem visita domiciliar ou contato telefônico.

Quando questionados se conhecem Organizações Cíveis que atuam nas localidades, todos responderam não ter conhecimento.

6.3 Saneamento Básico e Saúde

Sobre o descarte do esgoto sanitário, 24 declararam que o descarte é por fossa individual, 1 de esgoto a céu aberto, 1 declarou que faz o descarte no ribeirão, 1 em valeta, 3 não souberam responder e somente 2 declararam que possuem descarte de esgoto tratado, conforme o visualizado no Quadro 6.

Quadro 6 – Descarte do Esgoto sanitário, acesso a água para consumo e acompanhamento de saúde

Saneamento Básico e Saúde		Localidades					
		Terra Livre	Capelinha	Vargem Grande	Bagagem	Sub total	%
Descarte do esgoto sanitário	Fossa	10	4	3	7	24	75,0%
	Esgoto a céu aberto	0	0	1	0	1	3,1%
	Valeta	0	0	0	1	1	3,1%
	Ribeirão	0	0	0	1	1	3,1%
	Esgoto tratado	0	0	2	0	2	6,3%
	Não souberam responder	0	1	2	0	3	9,4%
Acesso a água para consumo	Mina/nascente	10	4	6	8	28	87,5%
	Ribeirão	0	0	0	1	1	3,1%
	Encanada s/ especificar	0	1	0	0	1	3,1%
	Tratada s/ especificar	0	0	2	0	2	6,3%
	Não souberam responder	0	0	0	0	0	0%
Acompanhamento de Saúde	Buscam quando precisam	10	5	8	5	28	87,5%
	Recebem visita ou contato telefônico	3	2	3	4	12	37,5%

Na questão sobre como se dá o acesso a água para consumo, 26 responderam que advém de mina/nascente (de forma encanada), 1 pessoa respondeu que a água vem do Ribeirão, 1 pessoa respondeu que a água encanada (sem especificar), 2 pessoas responderam que a água tratada (sem especificar), 2 não souberam responder.

Quando questionados sobre o acompanhamento de saúde nas localidades, 28 pessoas responderam que procuram o serviço de saúde quando precisam e 12 responderam que recebem visita domiciliar ou contato telefônico.

6.4 Segurança Alimentar

Durante as entrevistas foi observada a falta de iniciativas individuais de cultivo de agricultura, e poucas hortas para subsistência familiar, até o presente momento. Deste total de entrevistas, 12 declararam que plantam algum alimento. Alguns relataram que criam aves (galinhas) e bovinos.

Quando questionados se conhecem ações coletivas de fomento à segurança alimentar ou de ocupações produtivas 31 responderam que desconhecem e somente 1 pessoa respondeu que existe uma horta comunitária em Bagagem anexo ao Posto de Saúde.

6.5 Práticas relacionadas ao Meio Ambiente

Nas entrevistas não foi sinalizado pelos participantes nenhum trabalho realizado em conjunto com eles que tenham como proposta a preservação ambiental. Das pessoas entrevistadas 29 afirmaram não existir ações de preservação ambiental e 3 responderam não saber.

6.6 Mapeamento de serviços públicos e organizações civis que atendem as localidades pesquisadas

Para esta pesquisa foi realizada visita a algumas instituições, quando possível, também foi feita comunicação por e-mail e também busca de informações em sites oficiais. Foram mapeadas as seguintes instituições atuantes nas localidades pesquisadas: CRAS Itinerante, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), Unidades de Saúde da Família (USF) locais, Escolas Municipais, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agência do Meio Ambiente do Município de Resende (AMAR), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - Emater-Rio (EMATER), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ONG Crescente Fértil e ONG SILO.

Informações relacionadas à Secretaria Municipal de Assistência Social orientam que o atendimento relacionado à Proteção Social Básica é destinado ao CRAS Itinerante – Centro de Referência da Assistência Social, que atua de forma Itinerante. Realizando atendimento das 14 localidades do território rural de Resende. O CRAS atua como a principal porta de entrada para a Assistência Social.

Com um conhecimento profundo do território, o CRAS promove a organização e a articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas públicas. Isso facilita o acesso da população a serviços, benefícios e projetos de assistência social, tornando-se uma referência tanto para os moradores locais quanto para os serviços setoriais.

Ao entender as particularidades do território, a equipe do CRAS pode apoiar ações comunitárias, realizando palestras, campanhas e eventos. Dessa forma, colabora com a comunidade na busca de soluções para problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, escassez de transporte, baixa qualidade nos serviços oferecidos e ausência de espaços de lazer e cultura.

O CRAS oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Além disso, os cidadãos recebem orientações sobre benefícios assistenciais e têm a oportunidade de se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O CRAS atende famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade, incluindo pessoas com deficiência, idosos, crianças resgatadas do trabalho infantil, e beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. (MDS, 2019)

Além do CRAS outros serviços relacionados a política de assistência social também fazem atendimento na localidade, porém de forma pontual. Tais como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

Informações relacionadas à Secretária de Saúde colocam que o principal atendimento nas localidades é o da Unidade Básica de Saúde, nas modalidades de Unidades de Saúde da Família (USF). As USF realizam os seguintes serviços: consultas médicas com clínico geral, consultas com enfermeira e técnicos de enfermagem, consultas odontológicas, vacinação, aferição de pressão, curativos, nebulização, fisioterapia, realização de exames preventivos, realização de pré-natal, acompanhamento de crianças até cinco anos, grupos de educação em saúde: gestantes, hipertensos, diabéticos, adolescentes, teste do pezinho, visitas domiciliares, realização de eletrocardiograma, verificação de glicemia capilar e planejamento familiar. Existem USF em três localidades Pedra Selada (Vargem Grande), Bagagem e Capelinha.

De acordo com as informações coletadas a Secretaria Municipal de Educação oferta escolas em duas localidades: Na Capelinha, a Escola Municipal Adelaide Lopes Salgado (Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano), e na Pedra Selada Escola Municipal Hetelvina Carneiro (Educação Infantil - Pré I e II e Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano).

A Secretaria de Desenvolvimento Rural tem como objetivo implementar programas de desenvolvimento que promovam o acesso à terra, ao emprego e ao mercado de trabalho por meio de cooperativas e associações. Além disso, busca-se fomentar a produção agrícola e impulsionar o comércio de produtos rurais. As ações vão desde o desenvolvimento de atividades voltadas para os trabalhadores do campo, incluindo eventos para divulgar oportunidades de investimento no setor, como feiras e exposições, até a fiscalização do cumprimento das legislações relacionadas à agricultura e pecuária. Também há colaboração com a Secretaria Municipal de Obras para garantir a manutenção adequada das estradas vicinais (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

Sobre a Secretaria de Desenvolvimento Rural, foi realizada busca de informações pelo site oficial da prefeitura, porém na visita não foi possível identificar quais ações específicas no território materializam os objetivos propostos da secretaria, exceto a manutenção periódica de estradas rurais, promoção de torneios leiteiros e auxílio na imunização de gado, quando solicitado.

A AMAR tem a responsabilidade de executar a política ambiental local, destacando o município de Resende no Estado do Rio de Janeiro. Seu papel inclui formular, implementar e monitorar as políticas públicas relacionadas à gestão ambiental, atuando como um organismo estatal central e local. O objetivo é conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a sustentabilidade, em parceria com outras entidades do município, do estado e da união,

seguindo as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente (Prefeitura Municipal de Resende, 2024).

Em visita a AMAR, a atendente solicitou que enviasse e-mail para a Secretaria com os questionamentos sobre Programas e Ações nas localidades pesquisadas. Segue a resposta do e-mail após o envio: “Informo que as ações realizadas nos territórios rurais com enfoque na preservação ambiental se dão por meio da fiscalização sob demanda, na qual os fiscais ambientais se dirigem até a área rural no intuito de averiguar as condições ambientais *in loco*, bem como o cumprimento das leis ambientais”.

O INEA é uma entidade da Administração Pública estadual indireta, vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas). Sua criação visou aumentar a eficiência na preservação do meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão de três órgãos: a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (FEEMA), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). O Inea é responsável por implementar as políticas estaduais relacionadas ao meio ambiente, recursos hídricos e florestais, conforme estabelecido pelos poderes Executivo e Legislativo do estado. Além disso, o Instituto faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SINAMA), do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH), do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Secretaria Estadual de Ambiente e Sustentabilidade, 2024).

Regiões como Bagagem e Vargem Grande terem áreas de cobertura do Parque Estadual da Pedra Selada, que é fiscalizada pelo INEA, que possui uma unidade em Visconde de Mauá, muitas vezes a atividade com a população fica mais voltada para o local onde se encontra a sua unidade. Não foi encontrada no site oficial ações específicas nas localidades pesquisadas. Vargem Grande também possui uma base da Guarda Municipal Florestal, mas que também não foram mapeadas atividades relacionadas a preservação ambiental com a população.

A Emater-Rio é uma instituição pública ligada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro (SEAPPA). Sua missão é promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os agricultores do estado, com o intuito de aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida no meio rural. Ao executar programas e projetos de ATER, a Emater-Rio oferece serviços de orientação técnica e capacitação, contribuindo para aprimorar as práticas agrícolas, pecuárias e agroindustriais. Seu objetivo é promover a inclusão social e gerar emprego e renda no campo, além de apoiar a preservação ambiental e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A EMATER-Rio é responsável pela difusão de conhecimentos técnicos, econômicos e sociais, trabalhando para aumentar a produção e a produtividade agropecuária e melhorar as condições de vida no campo no estado do Rio de Janeiro. Além disso, elabora e propõe planos, programas e projetos relacionados a obras públicas e saneamento (EMATER-Rio, 2024). De forma similar em visita a EMATER, não conseguimos informações sobre programas e ações realizadas, atualmente, especificamente nos territórios estudados.

O INCRA é uma autarquia federal com a missão principal de executar a reforma agrária e promover o ordenamento fundiário no Brasil. Sua atuação busca implementar políticas de reforma agrária e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2020). Em visita a unidade do INCRA em Resende, também recebemos a informação de que não podem passar informações. Não sendo, portanto, possível mapear os dados das propriedades regulamentadas.

A ONG Crescente Fértil foi fundada em 1994 e está localizada na Área de Preservação Ambiental (APA) da Serrinha do Alambari, em Resende-RJ. Sua atuação abrange as áreas de Meio Ambiente e Comunicação, com foco no fortalecimento de processos participativos, especialmente nas Unidades de Conservação e nas comunidades de montanha da Serra da Mantiqueira. A ONG Crescente Fértil realiza trabalho no entorno da região da Serra da Mantiqueira. Não delimita o seu trabalho especificamente para as localidades estudadas, porém tem a possibilidade de ser um parceiro em ações futuras (Crescente Fértil, 2024).

A ONG Silo – Arte e Latitude Rural é uma organização da sociedade civil que promove, abriga e dissemina arte, ciência, tecnologia e agroecologia em áreas rurais, regiões periféricas e de preservação ambiental. A Silo estimula a interação entre técnicas intuitivas e conhecimentos científicos. Nela, são realizadas experiências imersivas e práticas transdisciplinares, como residências artísticas e laboratórios de experimentação e inovação. A ONG Silo, apesar da proposta da Organização, ela não atua necessariamente diretamente com as localidades estudadas, porém tem a possibilidade de ser um parceiro em ações futuras (Silo – Arte e Latitude Rural, 2024).

7 DISCUSSÃO DOS DADOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE OCORRÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL DE RESENDE

Por meio da identificação do público, acima demonstrado, procuramos também entender quais os meios de sobrevivência das famílias pobres do território rural de Resende-RJ.

Logo no início da análise da pesquisa ficou evidenciada a *disparidade entre a participação de mulheres e homens* durante as entrevistas, destacando que o número de mulheres que se propuseram a participar das entrevistas foi três vezes maior que o de homens. Isso indica a possibilidade de uma maior disposição ou interesse das mulheres em se engajar em discussões sobre questões sociais, embora também levante questões sobre a representatividade de gênero nas participações sociais.

A presença significativa das mulheres na participação social pode sugerir que elas estão mais ativamente envolvidas em suas comunidades. No entanto, não foi verificado programas voltados para o empoderamento e emancipação dessas mulheres. Isso indica uma possível lacuna nas políticas públicas que deveriam oferecer suporte para o desenvolvimento pessoal e profissional dessas mulheres, especialmente em um contexto rural.

Muitas das mulheres entrevistadas vivem em *famílias monoparentais*, assumindo a responsabilidade de sustento e manutenção familiar. Este dado ressalta o papel crucial que elas desempenham na economia doméstica, apesar de seu trabalho ser frequentemente invisível e não remunerado. Isso pode estar relacionado ao fenômeno da *feminização da pobreza*, que se refere à crescente incidência de mulheres em situações de pobreza, muitas vezes devido à falta de oportunidades econômicas e educativas (Costa *et al.* 2005).

Ainda durante as entrevistas, várias mulheres expressaram o desejo de *retomar os estudos ou realizar cursos de qualificação*. No entanto, as barreiras mencionadas, como a falta de oportunidades locais, a ausência de creches ou alguém que possa cuidar dos filhos, e a escassez de transporte público, evidenciam um ciclo de limitações que dificulta seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A faixa etária de 56 a 65 anos foi a mais representativa, com 11 entrevistados, indicando a maior participação de *adultos mais velhos*. As faixas de 25 a 35 anos e de 46 a 55 anos têm uma participação menor, com apenas 5 e 3 entrevistados, respectivamente. Isso pode indicar uma falta de engajamento dessas faixas etárias em relação ao tema abordado. A participação reduzida dos jovens pode sugerir que eles estão sub-representados, ou não tem interesse em discussões sobre ações sociais ou programas.

Para obter uma participação mais equilibrada e representativa, seria importante implementar estratégias que incentivem a participação das faixas etárias menos representadas, especialmente dos jovens e adultos de meia-idade. Para melhorar a participação de diferentes grupos etários, é fundamental adotar estratégias de mobilização e considerar as necessidades específicas de cada faixa etária.

A *auto identificação racial* dos entrevistados revela uma diversidade que não se limita às categorias formais definidas pelo IBGE (2023). Quando foi apresentado o dado sobre a classificação da cor dos participantes autodeclarados, a representação de pessoas que se identificam como brancas é significativa, mas não é a maioria entre os entrevistados. A soma de pretos (5) e pardos (10) indica uma maior diversidade racial entre os participantes. Essa

diversidade é importante para compreender a complexidade das experiências raciais e sociais dentro do grupo. A presença de indivíduos que se identificam como morenos é relevante, embora essa classificação não se encaixe nas categorias do IBGE. Isso sugere uma diferença entre a auto identificação da população e as definições formais.

A auto identificação é um conceito central nas pesquisas sociais, pois reflete como os indivíduos percebem a si mesmos em relação à sua raça ou cor. A auto identificação não é um fator limitante, porém é um indicativo da possibilidade de trabalhos que fortaleçam e orientem quanto a cultura e origem da população pesquisada.

Conforme apresentado a maioria dos entrevistados possui *baixa escolaridade*, com muitos deles não tendo concluído o Ensino Fundamental, e quatro entrevistados inclusive sem sequer serem alfabetizados. *A educação é um dos principais critérios de desenvolvimento*. Dentro da perspectiva das ODS a educação encontra-se no Objetivo 4. “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (IBGE, 2023). A falta de Políticas públicas voltadas para a educação de adultos nas localidades é um empecilho à emancipação. Freire coloca que:

Sob esta perspectiva, o analfabeto não é então uma pessoa que vive à margem da sociedade, um homem marginal, mas apenas um representante dos extratos dominados da sociedade, em oposição consciente ou inconsciente àqueles que, no interior da estrutura, tratam-no como uma coisa (Freire, 1979, p. 39).

Freire ainda afirma que a alfabetização está simultaneamente ligada a conscientização e que a conscientização é importante para a transformação do homem: “A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência – mundo” (Freire, 1979, p. 15).

Com a baixa escolaridade ou não escolaridade, ainda tem a falta de oportunidades de empregos ou incentivos, programas ou projetos que visem qualificar a população para o trabalho, sendo esse outro fator importante para a perpetuação do status quo. A educação e o trabalho estão intimamente ligados uma vez que:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (Saviani, 2007).

Essa citação de Saviani aborda a ideia de que a humanidade não é um estado natural, mas sim um resultado de um processo de produção e aprendizado. Ele sugere que ser humano é algo que se constrói ao longo da vida, através do trabalho e da educação.

Em *O Cativo da Terra*, José de Souza Martins discute o processo de formação da nova sociedade brasileira, à época, e descreve o processo da seguinte forma:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão

social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria tanto materiais quanto sociais e culturais (Martins, 2010, p. 11).

Martins analisa a relação entre a *liberdade do trabalho e a propriedade da terra*, apontando como essa dinâmica molda a sociedade e as estruturas econômicas. O autor critica a forma como a coerção laboral e a concentração econômica resultam em uma sociedade conformista e despolitizada, que perpetua a desigualdade.

A intersecção entre as duas citações reside na ideia de que a formação do ser humano e a sua capacidade de produzir e transformar a sociedade são limitadas por estruturas sociais e econômicas. Enquanto Saviani enfatiza a necessidade de um processo educativo para a construção da humanidade, Martins alerta para as condições que restringem esse processo e a liberdade do indivíduo.

O Objetivo 8 da ODS afirma ser necessário “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (PNUD, 2024). *O trabalho é fundamental para a subsistência*. Sem ele não há produção e sem produção não há o consumo necessário para sobrevivência. Além da sobrevivência o trabalho é importante nas relações sociais. Importante salientar que muitas vezes o não emprego se dá por falta de oportunidades na localidade. A falta de emprego formal e a não contribuição previdenciária, os deixa descobertos caso venham a sofrer algum acidente ou acometimento de doenças, sem contar com a descoberta para a aposentadoria.

A *situação de moradia* dos entrevistados revela uma predominância de casas próprias, embora a ocupação informal e a moradia cedida apresentem desafios significativos. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para a formulação de políticas que promovam a segurança habitacional e a estabilidade social nas comunidades. A maioria dos entrevistados (23) afirma ter casa própria, mesmo que seja por ocupação. Isso pode indicar uma certa estabilidade e segurança em relação à moradia. A ocupação, no entanto, pode sugerir que algumas dessas residências não têm a documentação formalizada, o que gera insegurança jurídica sobre o direito à moradia. O fato de 6 pessoas residirem em moradia cedida por terceiros revela uma dependência em relação a outras pessoas para garantir um lar. Isso pode estar ligado a laços familiares, mas também pode indicar vulnerabilidades sociais.

A presença de apenas 3 entrevistados que alugam imóveis sugere que o aluguel não é uma opção predominante entre os participantes. Isso pode ser positivo, pois indica que muitos têm suas próprias residências, mas também pode refletir uma falta de opções de aluguel acessíveis na região.

Sobre a *composição familiar*, a presença de 10 pessoas que moram sozinhas indica uma parte significativa da amostra que vive de forma independente. Isso pode refletir uma fase de vida em que a autonomia é valorizada, porém pode sugerir a ausência de suporte familiar. Entre as casas com duas pessoas, a maioria são casais. Essa configuração sugere que as relações afetivas desempenham um papel importante na formação de lares.

A presença de uma pessoa que mora com um filho e outra de um casal sem status definido indica diversidade nas dinâmicas familiares. A informação de entrevistados que declaram a configuração familiar com 3 pessoas residindo na mesma casa, sendo composta por uma pessoa e uma a duas crianças, mostra uma diversidade nas composições familiares, incluindo lares multigeracionais (casal com neto), que são comuns em várias culturas e podem proporcionar suporte emocional e prático.

A predominância da composição de casais com filhos e mães com filhos nas residências com quatro pessoas sugere que muitas famílias estão estruturadas em torno de núcleos familiares tradicionais. Isso pode refletir normas sociais sobre a formação de famílias nessas comunidades. A composição familiar dos entrevistados também revela uma diversidade significativa nas dinâmicas de moradia, refletindo tanto estruturas familiares tradicionais quanto arranjos mais atuais. Compreender essas configurações é essencial para desenvolver políticas e programas que atendam às necessidades de todos os membros da comunidade, promovendo a inclusão e o suporte social.

A composição familiar dos entrevistados também revela uma diversidade significativa nas dinâmicas de moradia, refletindo tanto estruturas familiares tradicionais quanto arranjos mais atualizados. Compreender essas configurações é essencial para desenvolver políticas e programas que atendam às necessidades de todos os membros da comunidade, promovendo a inclusão e o suporte social.

Nas questões relacionadas ao Saneamento Básico do Município de Resende - RJ nos territórios pesquisados, na entrevista quando perguntado sobre o descarte de esgoto sanitário a maioria declarou que faz o seu descarte em fossa, porém sem tratamento prévio. Quando pesquisado no site da Água das Agulhas Negras que é a concessionária responsável pelo *tratamento de água e esgoto* para o abastecimento de água para o Tratamento de esgoto na zona rural, são mencionadas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) em Engenheiro Passos, Mauá, Fumaça e Capelinha. Apesar de haver ETE na Capelinha, as pessoas entrevistadas declararam que a maior parte do escoamento do esgoto é por fossa.

A presença de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) em algumas localidades é um passo positivo, mas a declaração de moradores sobre o uso de fossas mostra que muitos ainda dependem de soluções precárias. Isso sugere que, apesar de infraestrutura existente, o tratamento adequado do esgoto não está sendo implementado de forma eficiente. Os dados coletados dos moradores indicam uma variedade de métodos de descarte, muitos dos quais são inadequados e podem comprometer a saúde pública e o meio ambiente. A maioria das pessoas depende de fossas, e há relatos de esgoto a céu aberto e descarte em rio, sem tratamento prévio, o que é preocupante.

Ainda no site da concessionária, não encontramos Estações de Tratamento de Água (ETA) nas localidades rurais, com exceção de Engenheiro Passos. O abastecimento de água da maioria das casas é encanado proveniente de mina. Embora a concessionária declare uma cobertura de 100% para abastecimento de água em seu site oficial, a falta de informações específicas sobre as Estações de Tratamento de Água (ETA) nas áreas rurais levanta dúvidas sobre a real eficácia e abrangência do sistema. Isso pode indicar que a água potável não está, de fato, acessível a todos os moradores.

A falta de clareza sobre o sistema de saneamento e as práticas inadequadas de descarte ressaltam a necessidade de uma campanha de conscientização sobre a importância do tratamento de esgoto e do uso de infraestrutura adequada.

Conforme o sinalizado nas entrevistas sobre os Serviços Públicos citados, por mais que tenham acesso a serviços de saúde, assistência social e educação (esse último item voltado somente para as crianças e adolescentes, não encontramos dados sobre educação voltada para população adulta) não é em todas as localidades que essas três políticas são disponibilizadas. O *acompanhamento de saúde* nas localidades é realizado, quando existente, pelo USF local. As Unidades de Saúde da Família da Capelinha, Bagagem e Pedra Selada, funcionam de forma

regular, durante a semana em horário comercial. Porém nem sempre conseguem realizar busca ativa.

Não foi encontrado nenhum trabalho específico sobre a *questão alimentar* nas unidades. Quando precisam de algum atendimento especializado, necessitam realizar deslocamento para o território urbano. Conforme sinalizado anteriormente o transporte público municipal é escasso, dificultando por tanto esse acesso. Muitas vezes vão para algum atendimento e precisam passar o dia, para somente no final do dia retornarem para suas casas, visto que na maioria tem transporte apenas duas vezes por dia.

Sobre a questão da *saúde* da Comunidade Terra Livre, a localidade não possui Unidade Básica de Saúde de referência, quando necessitam de atendimento têm que fazer o deslocamento para a unidade mais próxima da localidade que fica em torno de 20 km de distância, já em área urbana, e que tem como agravante não haver transporte público disponível na localidade. Mesmo que haja o serviço de saúde disponível, o não acesso limita a utilização, o que acaba por deixá-los na situação de extrema vulnerabilidade. Quando há campanhas de vacinação, é articulada parceria com o CRAS e mobilizam a população ou utilizam o transporte do CRAS para fazer a vacinação.

O CRAS na modalidade Itinerante vai até as localidades realizar o atendimento, porém com a disponibilidade de somente um transporte para atender a equipe, na maioria das localidades o atendimento se dá somente uma vez por mês. O uso da internet facilitou esse atendimento, uma vez que conseguem através de aplicativos fazerem contato quando necessitam fora desse período de visita para buscarem informação e orientação. Porém, carecem de transporte adequado e de equipe maior, com capacitação inclusive sobre os novos Programas e Projetos do Governo Federal voltados exclusivamente para a População Rural.

Nas localidades estudadas somente duas localidades ainda tem em seu território escolas municipais - Capelinha e Pedra Selada. Em Bagagem a escola municipal que existia atendia até a 5ª ano escolar, deixou de funcionar em 2020, em decorrência da Pandemia do COVID 19, e não voltou a funcionar depois. Na Comunidade Terra Livre a escola municipal que existia, Escola Municipal Chico Mendes, parou de funcionar neste ano de 2024, após a pesquisa de campo, também atendia até o 5º ano escolar. Não obtivemos informação sobre o motivo para o fechamento. Em ambos os casos as crianças que estudavam foram remanejadas para outras escolas e foi disponibilizado transporte escolar público.

A ausência da escola no território implica em algumas questões para reflexão. A escola é um espaço fundamental para a socialização. Para as famílias é uma questão quando precisam se deslocar até escolas mais distantes, os custos de transporte podem ser um fardo financeiro significativo, impactando o orçamento da família, considerando as localidades que possuem transporte público, as que não possuem diminuem a possibilidade de participação familiar no acompanhamento escolar.

Sobre as estratégias para *segurança alimentar* das pessoas entrevistadas, a expectativa de que a falta de acesso à terra seria o principal empecilho para o cultivo de algum alimento, porém até mesmo aqueles que possuem algum terreno nem sempre cultivam algo. Esse dado evidencia a possibilidade de que o *acesso à terra por si só não é suficiente* para garantir a produção de alimentos.

A falta de cultivo, mesmo em pequenas propriedades, sugere que fatores como conhecimento, recursos financeiros, tempo e apoio técnico são igualmente importantes. Portanto, considera-se que as políticas de segurança alimentar devem ir além do acesso à terra,

incluindo capacitação, recursos e incentivos para que os proprietários utilizem seus terrenos de forma produtiva. É necessário salientar quando colocado que possuem alguma propriedade, não significa uma “propriedade” com capacidade de grandes plantações, necessário considerar que provavelmente trata-se de um “quintal”, porém cultivar em quintais pode ser uma prática sustentável e potencialmente benéfica para a segurança alimentar local. Sendo necessário incentivar Programas e ações que possam promover também a educação sobre técnicas de cultivo, nutrição e o uso eficiente do espaço poderia ajudar a maximizar a produção alimentar.

Além disso somente foi mencionada uma estratégia de *ação coletiva* para a Segurança Alimentar, uma horta comunitária na localidade de Bagagem. É importante colocar que somente uma pessoa identificou a horta comunitária como uma ação coletiva, o que nos faz refletir sobre o entendimento do público pesquisado sobre o tema.

É importante especificar, que o fato de a população pesquisada não ter articulado dados sobre a ausência de iniciativas de preservação ambiental pode demonstrar que as pessoas desconhecem ou por que não existem ou não as entende como tal.

Foi apresentado os dados das Instituições públicas e da sociedade civil que atuam nas localidades pesquisadas. Sobre algumas instituições públicas relacionadas a saúde, assistência social e educação foi discutido acima. Sobre as demais instituições, não encontramos dados suficientes sobre ações e programas destinados especificamente aos territórios estudados.

A necessidade de intervenção de ações e propostas de *educação ambiental* é premissa importante na consciência da população sobre o meio no qual vivem e na sua relação com esse meio. O uso de instrumentos e técnicas sustentáveis pode melhorar a qualidade de vida das famílias, demonstrando que práticas ambientais responsáveis podem trazer benefícios diretos ao cotidiano das pessoas.

A ênfase na *participação popular* sugere que a inclusão da comunidade no processo de tomada de decisões pode levar a uma maior eficácia nas ações. Quando as pessoas se sentem parte do processo, é mais provável que se comprometam com as iniciativas. A ideia é de que soluções sustentáveis devem ser adaptadas às necessidades e contextos locais.

O território rural de Resende é apresentado no site oficial da prefeitura como uma *região turística*. No entanto, exceto por algumas localidades, como Visconde de Mauá e Serrinha do Alambari, não foi possível identificar ações específicas desenvolvidas com a comunidade para o fomento do turismo nas demais áreas. É importante destacar que todas as alternativas precisam ter um caráter sustentável.

A *valorização da população local* é fundamental para a conservação e ampliação do capital cultural, o que poderia atrair um número maior de visitantes interessados em vivenciar esses espaços, gerando mais oportunidades de emprego. Ao longo das entrevistas outras questões, que não estavam necessariamente na pesquisa surgiram, e não deixam de merecer destaque.

Durante as entrevistas, uma queixa comum que surgiu além das questões apresentadas, apareceu a questão de *desarticulação entre si do público-alvo*, algumas pessoas disseram que, mesmo que em tempos remotos houvessem associações e participação mais ativa da população, não há esse mesmo empenho atualmente, de lideranças internas e acionamentos externos. A participação social é de suma importância no processo de fortalecimento da comunidade.

Conforme Foucault, “a participação social tem tudo a ver com a questão do poder e “o espaço é fundamental em qualquer exercício do poder” (Foucault, 1984, p 252 *apud* Duncan, 2013, p. 89).

Outro grande obstáculo que merece destaque é a escassez de *linhas de transporte público* para as localidades rurais, o que resulta na dificuldade de acesso, incluindo aspectos culturais. Por exemplo, em Bagagem, o transporte público aos domingos foi suspenso, o que, segundo um dos entrevistados, dificultou até a visita de familiares. Isso leva ao isolamento das famílias e da comunidade, fragilizando os laços familiares e comunitários. Além disso, a falta de transporte limita o acesso a opções de cultura e lazer, levantando questões sobre o pertencimento e a constituição de uma identidade resendense à população dessas localidades.

Não menos importante é a apresentação do caso da Comunidade Terra Livre, que exemplifica como o *esforço conjunto de instituições* pode viabilizar o desenvolvimento sustentável local. Durante as entrevistas, o representante da associação de moradores compartilhou informações sobre o passado recente da comunidade. A Terra Livre teve, por muitos anos, processos bem-sucedidos de agroecologia, com práticas de agricultura familiar voltadas tanto para subsistência quanto para a comercialização. Eles contaram com parcerias e orientações de projetos de extensão de universidades, como a UFRRJ, além do apoio da EMATER. Os produtores possuíam hortas individuais e grandes estufas para produções coletivas, além de espaços comunitários para o beneficiamento de produtos, como banana passa e pequenas quantidades de queijo. A produção era vendida tanto para o município quanto em feiras locais, e também havia atividade de apicultura.

No entanto, ao longo dos anos, as instituições se afastaram, especialmente após 2016, e surgiram desentendimentos entre os moradores. Além disso, a mudança de antigos residentes e a chegada de novos moradores que não participaram do processo inicial são apontados como motivos para a estagnação e o retrocesso da comunidade.

A questão *intergeracional* também aparece como um motivo. Alguns entrevistados relataram que os mais novos não têm interesse em trabalhar com questões agrícolas. Hoje, apenas algumas famílias ainda mantêm a prática de agricultura familiar; de apicultura, no ano passado, apenas duas estavam ativas nessa atividade. A agricultura nessa localidade nos dias atuais se limita à subsistência, e tantos outros processos citados não existem mais, levando à reflexão sobre o que mais é necessário, além do processo inicial, para que as famílias continuem a se desenvolver.

Em termos gerais a forma com que as famílias pesquisadas se apropriam dos recursos disponíveis em seu território em favor de sua subsistência e qualidade de vida, ainda não ficou muito bem estabelecido. Utilizam os artifícios que estão dentro das possibilidades tangíveis deles. Estabelecem estratégias de sobrevivência acessando *benefícios assistenciais* realizando pequenos “bicos”, obtendo ajuda de família ou amigos e quando tem alguma disponibilidade cultivam algum tipo de alimento ou criação de animais. Contudo não esquematizam a produção comercialmente, plantando para sua subsistência e vendendo o excedente, com raras exceções. A criação de animais também é muito pontual, visto que já existem a dificuldade de manutenção de sua própria subsistência.

Uma das reflexões que surgem sobre a estratégia predominante de sobrevivência nos territórios estudados é o *benefício de transferência de renda*, a utilização dos recursos naturais disponíveis no território apresenta-se inócua. A partir dessas informações é necessário fazer os questionamentos de porque essa estratégia do benefício é predominante? Porque não utilizam

os recursos disponíveis na natureza? Seria essa uma falta de interesse? Seria omissão do sistema público ou falta de política pública? Seria a falta de instrumentalização?

Às vezes a ausência dessas liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças curáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, a possibilidade de ter acesso à água tratada ou ao crucial saneamento básico (Veiga, 2016, p. 44).

Portanto, verifica-se que as estratégias apresentadas refletem uma adaptação ao contexto de vulnerabilidade, onde a possível principal preocupação é a sobrevivência no curto prazo. Podendo estar relacionado a um ciclo de pobreza, em que as famílias não têm acesso a recursos, conhecimento ou apoio para realizar investimentos mais amplos que permitiriam a transformação de sua realidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado não pretende fornecer respostas definitivas, porém quando é realizado um diagnóstico sobre vulnerabilidades e potencialidades, a perspectiva de visualizar as informações possibilita um debate mais amplo sobre estratégias em busca de desenvolvimento sustentável nessas localidades. As sugestões que foram colocadas não têm a pretensão de solucionar todos os problemas, contudo algumas percepções precisam ser consideradas, pois a análise das situações apresentadas foi realizada do ponto de vista dentro da instrumentalização adquirida ao longo do mestrado.

Na hipótese formulada na Introdução, é possível questionar por quê nos espaços rurais essa pobreza é tão presente, uma vez que, em tese, o acesso à meios naturais de sustento é aparentemente mais próximo. Em caso negativo, ou seja, o acesso não ser tão simples como poderia se imaginar, se uma vez garantido, esse acesso a ferramentas sustentáveis, essa pobreza diminuiria? A *resposta possível* é de que, não é tão simples como o imaginado, existem inúmeros atravessamentos nesse processo, porém o acesso a ferramentas sustentáveis é sim uma alternativa para a diminuição da pobreza, conforme sinalizado adiante.

Como solução inicial, é necessário que seja promovido o fortalecendo de espaços comunitários para debates e reivindicações de interesse dos moradores destas localidades. Assim como o fomento e fortalecimento de associação de moradores. A mobilização da comunidade é crucial para a implementação de mudanças. Nas localidades estudadas, existem espaços destinados para associação de moradores, mas que precisam ser mais ocupados, é crucial envolver as comunidades locais no processo de tomada de decisões e garantir que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

A predominância de mulheres entre os entrevistados indica uma oportunidade para fortalecer o *papel das mulheres* em programas sociais e econômicos. Incentivar a participação feminina pode resultar em melhorias nas condições de vida e na promoção da igualdade de gênero, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Importante políticas públicas voltadas para mulheres em territórios rurais. Estratégias que envolvam a participação das mulheres, tais como oficinas voltadas para as mulheres onde possam discutir o seu espaço na comunidade, pensar estratégias para que possam pensar na sua emancipação financeira. Para isso é necessário criar também, espaços para que mulheres com filhos possam exercer esses direitos de participação. A melhoria das condições de vida implica que, ao empoderar as mulheres, não apenas suas vidas são transformadas, mas também a comunidade como um todo se beneficia.

Com a maioria dos entrevistados sem formação superior e muitos sem escolaridade completa, há uma *clara necessidade de programas de alfabetização e capacitação profissional*. Investir na educação é fundamental para quebrar ciclos de pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, capacitando indivíduos para melhores oportunidades de emprego.

É necessário mapear a população adulta nas localidades estudadas, com interesse em retomar o estudo e enviar o diagnóstico dessa população adulta para a Secretaria de Educação do município de Resende – RJ, e reivindicar que nos espaços que já existam escolas municipais, possa haver também educação para população adulta em horário que facilite a participação desse público. Nas localidades que não existam escolas municipais, é necessário garantir o

transporte desse público, no horário escolar destinado a eles para que possam ter acesso à educação.

O *fortalecimento das capacidades locais* por meio da educação e capacitação profissional pode propiciar a criação de oportunidades de emprego e diversificar as fontes de renda das comunidades rurais. Oficinas de capacitação profissional podem ser realizadas em parceria com a prefeitura municipal e organizações não governamentais, porém é necessário antes de se pensar como seria feita essa capacitação, entender as demandas das localidades e interesse do público para qual será destinado.

O alto índice de desemprego entre os entrevistados e a dependência de benefícios sociais como o Bolsa Família reforçam a necessidade de *criar oportunidades de emprego e formas de geração de renda*, como cooperativas e empreendimentos sociais. Sendo necessário estimular o desenvolvimento econômico local para reduzir a vulnerabilidade social.

A ausência de iniciativas de preservação ambiental e o desconhecimento sobre ações relacionadas à sustentabilidade sugerem uma oportunidade para educar a comunidade sobre a importância da proteção ambiental. Campanhas de conscientização e projetos de preservação podem fomentar a participação da comunidade na proteção dos recursos naturais.

A maioria dos entrevistados utiliza fossas para descarte de esgoto, com poucos acessos a água tratada. *Melhorar as infraestruturas de saneamento e água* é crucial para a saúde pública e o bem-estar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável ao reduzir doenças e melhorar a qualidade de vida. É essencial orientar a população das comunidades sobre o descarte adequado de esgoto e o tratamento da água para consumo. Também é importante desenvolver e divulgar alternativas eficazes para esses processos.

É fundamental a possibilidade de fomentar também programas e ações que apoiem a agricultura familiar e promova práticas agrícolas sustentáveis, que preservem os recursos naturais e promovam a resiliência às mudanças climáticas.

Para isso é necessário que as famílias tenham a capacidade de produzir seus próprios alimentos, utilizando os recursos naturais disponíveis em seu entorno, com o objetivo de alcançar a maior autonomia possível. A produção de alimentos deve ser planejada com foco em garantir, primeiramente, o sustento das famílias envolvidas, garantindo a segurança alimentar.

A *escassez de práticas de cultivo* e o desconhecimento sobre ações coletivas de segurança alimentar reforçam a necessidade de programas que incentivem a agricultura familiar e hortas comunitárias. A promoção de práticas de cultivo sustentável pode melhorar a segurança alimentar e a saúde da comunidade. Podendo firmar parceria entre o poder público e organizações sociais que promovam programas que capacitem para ações como: criação e manejo de compostagem, identificação e utilização de ervas medicinais, aproveitamento máximo nutricional dos alimentos. Ainda utilizar programas que orientem, a possibilidade de viveiros de mudas, visando o cultivo, a distribuição e disseminação da prática. Seria importante a possibilidade de se trabalhar junto as USF locais, com farmácia viva, divulgando e distribuindo as ervas medicinais que existam nas localidades. Além da possibilidade de programa que vise capacitar a adequação as normas legais para produzir e comercializar o excedente de gêneros alimentícios produzidos.

Garantir o direito e ir e vir é outro ponto essencial. Sem o aumento ou disponibilização de transporte público nas localidades, a população desses territórios deixa de ter ou tem reduzido o acesso aos seus direitos, em relação a saúde, educação e inclusive em relação a

cultura, ocupação e ampliação do pertencimento como parte do município de Resende - RJ. Sendo crucial levar essa discussão para esferas que garantam esse direito.

É importante pontuar que a pobreza em territórios rurais representa um desafio complexo e multifacetado que requer uma abordagem abrangente e colaborativa para enfrentar. Promover o desenvolvimento sustentável nessas áreas não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de segurança alimentar, saúde pública e conservação ambiental. Ao investir em infraestrutura, apoiar e fortalecer as capacidades locais, podemos impulsionar comunidades rurais mais prósperas, resilientes e sustentáveis no futuro.

Com isso a promoção do desenvolvimento sustentável em territórios rurais requer uma abordagem integrada que leve em consideração as necessidades e aspirações das comunidades locais. *Isso inclui maior investimentos em infraestrutura básica, como a manutenção de estradas, ampliação de escolas, aumento da cobertura dos sistemas de saúde e transporte público para melhorar o acesso a serviços essenciais.* No início da pesquisa de campo, foi observado alguns entraves iniciais para a possibilidade de estudo para iniciativas que buscam o Desenvolvimento Sustentável, porém algumas ficaram um pouco mais salientadas.

Para a pesquisa de campo encontramos muita dificuldade em mobilizar as pessoas a participarem das entrevistas e também do grupo focal, que não foi possível realizar. Muitas pessoas informaram não querer participar. Além dessa condição, outras alegaram que tinham algum tipo de compromisso. *A resistência das pessoas em participar das entrevistas* pode indicar que as pessoas podem não ver valor nas entrevistas ou podem desconfiar dos objetivos da pesquisa. Outro fator é que muitas pessoas podem ter horários de trabalho que coincidem com os períodos de coleta de dados. Importante frisar que a impossibilidade de realizar grupos focais impede uma discussão mais profunda e rica sobre os temas em questão. Contudo, apesar da não realização dos grupos focais, a entrevista estruturada possibilitou a análise de muitas informações.

A pesquisa apresenta desafios significativos, mas também apresenta diversas possibilidades para o desenvolvimento sustentável. *Abordar questões de educação, inclusão social, segurança alimentar, saneamento básico e práticas ambientais de forma integrada podem contribuir para um futuro mais justo e sustentável para as comunidades entrevistadas.* A implementação de políticas públicas focadas nessas áreas é essencial para promover um desenvolvimento que beneficie a todos, respeitando os limites ambientais e sociais. Portanto, é necessário um investimento público de políticas que atendam essas demandas, com a participação e parceria também das organizações civis que atuem no entorno ou nas localidades discutidas, e principalmente com a população local.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. Trabalho Docente. **IPEA Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 3, n. 21, abr., 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=802%3Acatid%3D28. Acesso em: 29 set. 2024.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Textos para Discussão**, Rio de Janeiro, v. 702, jan 2000. IPEA. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.724, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 17 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 17 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**, PNAS/2004. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **CECAD: Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/sobre.php>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **LISTA CRAS/CREAS/LOCALIDADE**. CECAD 2.0. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/cras_local.php?schema=tab_cad_13082022&p_ibge=33&mu_ibge=3304201&p_variavel=nom_localidade_fam&p_variavel_filtro=6#. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O INCRA**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>. Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Extrema pobreza no Brasil tem queda de 40% em 2023**: Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades ainda aponta redução de 20% no desemprego e ganho real no rendimento médio de 8,3%. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/extrema-pobreza-no-brasil-tem-queda-de-40-em-2023>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: MS; 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 14601, de 18 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em: 1 out. 2024.

BUHR, G. M. B.; DALLABRIDA, V. R. Enfoque Territorialista, Sistêmico e Interdisciplinar como Referência em Experiências de Associativismo Territorial. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 4–18, 2019. DOI: 10.18224/baru.v5i1.7349. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/7349>. Acesso em: 30 set. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Deputados defendem fortalecimento da agricultura para produção de mais alimentos** Fonte: Agência Câmara de Notícias: Embrapa calcula que país precisa aumentar produção de alimentos em 35% até 2030. Portal da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/>. Acesso em: 29 set. 2024.

CAMPELLO, T.; MELLO, J. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: Por um país rico e com oportunidade para todos. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014, p. 33-66.

CARNEIRO, M. J. Do "Rural" como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. (Org.). **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, v. 1, f. 136, 2012. p. 23-51.

CARNEIRO, M. J. "Rural" como Categoria de Pensamento. **Ruris**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, mar., 2008. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16818>. Acesso em: 30 set. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução n. 273, de 12 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras

providências, Brasília, DF, 13 mar. 1993, ano 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

COSTA, J. S. *et al.* A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, Brasília, DF, v. 1137, nov., 2005. IPEA. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD_1137.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

CRESCENTE FÉRTIL. **Sobre Nós**. Crescente Fértil - Meio Ambiente, Cultura e Comunicação. Resende. Disponível em: <http://www.crescentefertil.org.br/index.php>. Acesso em: 1 out. 2024.

DALY, H. E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 197-201, dez 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000200012>. Acesso em: 30 set. 2024.

DUNCAN, M. **Desenvolvimento rural**: territórios e redes. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2013. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/4333>. Acesso em: 04 maio 2022.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Quem Somos?** Governo do Estado Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.rj.gov.br/emater/quem_somos. Acesso em: 1 out. 2024.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para Além da Renda: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 92, out., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/319205/2016>. Acesso em: 29 set. 2024.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mapa da Pobreza Estratos Geográficos 2022 a 2024. **FGV Social**: Centro de Políticas Sociais, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cps.fgv.br/mapa-grafico/mapa-da-pobreza-2022-2024>. Acesso em: 29 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: Uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Estudos e Pesquisas Informação Geográfica, v. 11). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do Censo 2022. **Agência IBGE**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 1 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: 2009. v. 30. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=759>. Acesso em: 29 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População rural e urbana**. IBGE Educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resende**. IBGE Cidades. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/resende/pesquisa/23/27652>. Acesso em: 26 nov. 2022.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (Org.) **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 97-112.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, J. R. (Org.) **Identidades Sociais**: Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 41-64.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Banco Mundial publica relatório sobre pobreza e equidade no Brasil**. Nações Unidas Brasil. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/190795-banco-mundial-publica-relat%C3%B3rio-sobre-pobreza-e-equidade-no-brasil>. Acesso em: 29 set. 2024.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e o desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 134-140, jan./mar., 1995.

MALUF, R.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, SP, v. 4, p. 66-88, 1996. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 6 maio 2024.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e cidade**: Banco Mundial aponta que percentual da população rural encolheu 34% em 22 anos no país, quase o dobro da média mundial. MST. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/02/20/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade/>. Acesso em: 29 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **Agência do Meio Ambiente de Resende (AMAR)**: Sobre o Órgão. Prefeitura de Resende. Resende. Disponível

em: <https://resende.rj.gov.br/agencia-do-meio-ambiente-de-resende-amar-/principal>. Acesso em: 1 out. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **Bagagem**. Prefeitura de Resende, Resende. Resende. Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/turismo/11>. Acesso em: 1 out. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **Conheça Resende: Dois Séculos de História. Prefeitura de Resende**. Resende. Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/historia>. Acesso em: 1 out. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **Desenvolvimento Rural: Sobre o Órgão**. Prefeitura de Resende. Resende. Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/desenvolvimento-rural/principal>. Acesso em: 1 out. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **História da Cidade**: Conheça Resende. Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/historia>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **Mapas: Mapa de Resende**. Prefeitura Municipal de Resende. Resende. Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/mapas>. Acesso em: 27 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **Vargem Grande**. Prefeitura de Resende. Resende. Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/turismo/10>. Acesso em: 1 out. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **ODS Em Ação**: PNUD no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 30 set. 2024.

RESENDE - RJ (Cidade). Gabinete do Prefeito. Lei n. 3.000, de 22 de janeiro de 2013. **Diário Oficial**, Resende, RJ, 2013. Disponível em: https://resende.rj.gov.br/conteudo/downloads/planodiretor/2396_Lei_3000_Plano_Diretor.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria Estadual de Ambiente e Sustentabilidade. **O Que é o INEA**. Governo do Estado Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/o-que-e-o-inea/>. Acesso em: 1 out. 2024.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: Globalização e Fragmentação. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 15-20.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 30 set. 2024.

SOUZA, J. L. O que é?: IDH. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 5, n. 39, 25 ago. 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2144:catid=28&option=com_content. Acesso em: 29 set. 2024.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2016.

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é?: Índice de Gini. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 1, n. 4, 01 nov. 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 29 set. 2024.

YAZBEK, M. C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2012, n. 110, pp. 288-322. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>. Acesso em: 7 nov. 2022. (Epub 15 jun. 2012. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/S0101-662820120002>).

ZIMMERMANN, S. A. *et al.* Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, MG, v. 9, n. 17 Abr., p. 540-573, 2014. DOI: 10.14393/RCT91723828. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23828>. Acesso em: 29 set. 2024.

APÊNDICE

Apêndice A - Entrevista Estruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE FLORESTAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PESQUISA PARA A DISSERTAÇÃO DO PROJETO:

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RURALIDADES: ESTRATÉGIAS PARA O
ENFRENTAMENTO À POBREZA DE FAMÍLIAS RESIDENTES NO TERRITÓRIO
RURAL DE RESENDE-RJ**

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____ Sexo: _____
Idade: _____ Cor: _____
Estado civil: _____ Escolaridade: _____
Renda familiar: _____. Recebe algum benefício: _____

QUESTIONÁRIO

1. Possui emprego? Sim () Não ()
2. Se sim, é de carteira assinada? Sim () Não ()
3. Se não tem emprego, qual a fonte de renda? R: _____
4. A casa em que mora é própria, cedida ou alugada? R: _____
5. Quantas pessoas moram na mesma casa? R: _____
6. Quais os serviços públicos você conhece/usa na localidade? R: _____

7. Qual a forma de acesso aos serviços públicos? R: _____
8. Além dos serviços públicos, existe alguma organização civil atuante na localidade e quais os serviços oferecidos ou trabalhos realizados? R: _____
9. Qual a forma de descarte do esgoto sanitário, existe algum tratamento antes do descarte?
R: _____
10. Qual o sistema de abastecimento de água? R: _____
11. Como é feito o acompanhamento de saúde na localidade? R: _____
12. Como conseguem garantir a alimentação familiar? R: _____
13. Existem ações coletivas que estão sendo utilizadas em busca de segurança alimentar e de ocupações produtivas? R: _____
14. Existe algum trabalho voltado para a preservação ambiental na localidade com a participação dos moradores? R: _____

TABULAÇÃO DAS ENTREVISTAS POR TERRITÓRIO

Comunidade Terra Livre

(10 entrevistados)

Identificação

1. Sexo: 7 fem. e 3 masc.
2. Idade: Varia de 34 a 68 anos. (34, 36, 39, 39, 48, 57, 58, 61, 63 e 68 anos).
3. Cor declarada: 2 pretos, 2 brancos, 4 pardos e 2 morenos.
4. Estado civil: 5 solteiros, 3 casados, 1 divorciada, 1 viúva.
5. Escolaridade: 2 não alfabetizados, 6 com ensino fundamental inc., 1 com ensino médio comp., e 1 pessoa não respondeu.
6. Renda familiar: Varia de 0 a R\$ 1412, 00
7. Recebe algum benefício: 5 BF e 1 BPC

QUESTIONÁRIO

1. Possui emprego?
R: Sim: 0 Não: 10
2. Se sim, é de carteira assinada?
R: Sim: 0 Não: 10
3. Se não tem emprego, qual a fonte de renda?
R: Bolsa Família: 5, BPC: 1, Pensão 1, Aposentadoria 1, Ajuda de amigos 1
4. A casa em que mora é própria, cedida ou alugada?
R: 10 casas Próprias de ocupação
5. Quantas pessoas moram na mesma casa?
R: 1 pessoa: 3, Casal: 2, 4 pessoas: 3, Mais de 5 pessoas: 2.
6. Quais os serviços públicos você conhece/usa na localidade?
R: 10 CRAS Itinerante, 7 Escola Municipal Chico Mendes, 2 SINE Itinerante, 2 Transporte público escolar e 1 coleta de lixo
7. Qual a forma de acesso aos serviços públicos?
R: 10 Procuram quando precisam e 3 também recebem visita domiciliar.
8. Além dos serviços públicos, existe alguma organização civil atuante na localidade e quais os serviços oferecidos ou trabalhos realizados?
R: 10 responderam que não existe nenhuma organização civil atuante na localidade.
9. Qual a forma de descarte do esgoto sanitário, existe algum tratamento antes do descarte?
R: 10 responderam fossa.
10. Qual o sistema de abastecimento de água?
R: 10 responderam que é proveniente de mina.
11. Como é feito o acompanhamento de saúde na localidade?

R: 10 responderam que buscam quando precisam de atendimento, e 3 relataram que às vezes recebem visita domiciliar ou contato do Posto de referência.

12. Como conseguem garantir a alimentação familiar?

R: 7 pessoas responderam que compram através da renda do Bolsa Família, e além disso 5 desses cultivam alguns produtos. 2 colocaram que a renda para compra de alimentos vem do BPC. 1 compra com renda própria.

13. Existem ações coletivas que estão sendo utilizadas em busca de segurança alimentar e de ocupações produtivas?

R: 10 responderam que não.

14. Existe algum trabalho voltado para a preservação ambiental na localidade com a participação dos moradores?

R: 10 responderam que não.

Bagagem

(9 entrevistados)

Identificação

1. Sexo: 5 fem. e 4 masc.
1. Idade: Varia de 25 a 68 anos (25, 43, 44, 55, 58, 59, 61, 64, 68).
2. Cor declarada: 1 pretos, 5 brancos, 2 pardos e 1 moreno.
3. Estado civil: 4 solteiros, 1 casada, 1 divorciada, 2 separados e 1 viúva.
4. Escolaridade: 6 com ensino fund. inc., 1 com ensino fund. Comp. e 2 com ensino Médio completo.
5. Renda familiar: Varia de 0 a R\$ 1412, 00.
6. Recebe algum benefício: 4

QUESTIONÁRIO

1. Possui emprego?
R: 2 responderam que sim e 7 responderam que não.
2. Se sim, é de carteira assinada?
R: 9 responderam que não.
3. Se não tem emprego, qual a fonte de renda?
R: Bolsa Família: 3 Aposentadoria: 2 Pensão:1 Bicos: 3, alguns recebem BF e fazem bicos.
4. A casa em que mora é própria, cedida ou alugada?
R: 8 responderam que tem casa própria (sem especificar) e 1 respondeu que mora em casa cedida.
5. Quantas pessoas moram na mesma casa?
R: 6 pessoas responderam que moram sozinhas e outras 3 que moram com cônjuge.
6. Quais os serviços públicos você conhece/usa na localidade?
R: 9 responderam CRAS Itinerante, 9 responderam Posto de Saúde e 1 pessoa respondeu Limpeza.
7. Qual a forma de acesso aos serviços públicos?
R: 8 Procuram quando precisam e 5 também recebem visita domiciliar ou contato telefônico.
8. Além dos serviços públicos, existe alguma organização civil atuante na localidade e quais os serviços oferecidos ou trabalhos realizados?
R: 9 responderam que não.
9. Qual a forma de descarte do esgoto sanitário, existe algum tratamento antes do descarte?
R: 7 responderam fossa, 1 respondeu valeta e 1 respondeu descarte no ribeirão.
10. Qual o sistema de abastecimento de água?
R: 5 responderam que é proveniente de mina ou nascente encanada e 1 encanada do ribeirão.

11. Como é feito o acompanhamento de saúde na localidade?

R: 5 responderam que buscam quando precisam de atendimento, e 4 relataram que às vezes recebem visita domiciliar ou contato telefônico.

12. Como conseguem garantir a alimentação familiar?

R: 7 pessoas responderam que compram através da renda do Bolsa Família, e além disso 5 desses cultivam alguns produtos. 2 colocaram que a renda para compra de alimentos vem do BPC. 1 compra com renda própria.

13. Existem ações coletivas que estão sendo utilizadas em busca de segurança alimentar e de ocupações produtivas?

R: 8 responderam que não e 1 respondeu que tem horta comunitária anexo ao Posto de Saúde.

14. Existe algum trabalho voltado para a preservação ambiental na localidade com a participação dos moradores?

R: 8 responderam que não e 1 respondeu que não sabe.

Capelinha

(5 entrevistados)

Identificação

1. Sexo: 5 fem.
2. Idade: Varia de 25 a 69 anos
3. Cor declarada: 1 preta, 2 brancas, 1 parda e 1 morena
4. Estado civil: 3 solteiras, 2 casadas
5. Escolaridade: 2 com ensino fund. inc., 1 com ens. Médio comp. e 2 analfabetizadas.
6. Renda familiar: Varia de 0 a R\$ 1412, 00 Recebe algum benefício: 3 BF e 1 BPC

QUESTIONÁRIO

1. Possui emprego?
R: 5 responderam que não.
2. Se sim, é de carteira assinada?
R: 5 responderam que não.
3. Se não tem emprego, qual a fonte de renda?
R: Bolsa Família: 2, BPC 1, Não recebem:2.
4. A casa em que mora é própria, cedida ou alugada?
R: 1 respondeu que tem casa própria, 1 respondeu que mora em casa alugada e 3 responderam que moram em casa cedida.
5. Quantas pessoas moram na mesma casa?
R: 2 pessoas responderam que moram com cônjuge e 2 filhos, 2 que moram só com 2 filhos e 1 que mora com cônjuge.
6. Quais os serviços públicos você conhece/usa na localidade?
R: 3 responderam CRAS Itinerante, 5 responderam Posto de Saúde e 2 responderam Escola pública municipal.
7. Qual a forma de acesso aos serviços públicos?
R: 5 Procuram quando precisam e 2 também recebem visita domiciliar ou contato.
8. Além dos serviços públicos, existe alguma organização civil atuante na localidade e quais os serviços oferecidos ou trabalhos realizados?
R: 5 responderam que não.
9. Qual a forma de descarte do esgoto sanitário, existe algum tratamento antes do descarte?
R: 4 responderam fossa e 1 respondeu que não sabe.
10. Qual o sistema de abastecimento de água?
R: 4 responderam que é proveniente de mina ou nascente encanada e 1 encanada, porém sem especificar.
11. Como é feito o acompanhamento de saúde na localidade?
R: 5 responderam que buscam quando precisam de atendimento, e 2 relataram que às vezes recebem visita domiciliar.

12. Como conseguem garantir a alimentação familiar?

R: 2 pessoas responderam que compram através da renda do Bolsa Família, e além disso 2 desses cultivam alguns produtos. 1 colocaram que a renda para compra de alimentos vem do BPC. 1 compra com renda de trabalho informal.

13. Existem ações coletivas que estão sendo utilizadas em busca de segurança alimentar e de ocupações produtivas?

R: 5 responderam que não.

14. Existe algum trabalho voltado para a preservação ambiental na localidade com a participação dos moradores?

R: 5 responderam que não.

Pedra Selada (Vargem Grande)

(8 entrevistados)

Identificação

1. Sexo: 7 fem. e 1 masc.
2. Idade: Varia de 35 a 67 anos (35, 36, 40, 45, 52, 57, 57, 67).
3. Cor declarada: 1 preto, 2 brancos, 3 pardos e 2 morenos.
4. Estado civil: 4 solteiros, 1 casada, 2 divorciadas e 1 separados.
5. Escolaridade: 8 com ensino fundamental incompleto.
6. Renda familiar: Varia de 0 a R\$ 900,00.
7. Recebe algum benefício: 7 BF e 1 BPC.

QUESTIONÁRIO

1. Possui emprego?

R: 8 responderam que não.

2. Se sim, é de carteira assinada?

R: 8 responderam que não.

3. Se não tem emprego, qual a fonte de renda?

R: 7 recebem Bolsa Família, 1 recebe BPC, 1 realiza trabalho informal para completar a renda e 1 respondeu com coleta de recicláveis.

4. A casa em que mora é própria, cedida ou alugada?

R: 4 responderam que tem casa própria, 2 respondeu que moram em casa alugada e 2 responderam que moram em casa cedida.

5. Quantas pessoas moram na mesma casa?

R: 1 respondeu que mora com mais 4 filhos, 1 respondeu que mora com mais 3 filhos, 1 respondeu que mora com a filha e 2 netos, 1 pessoa mora sozinha, 2 pessoas responderam que moram com 1 filho, 1 mora com o cônjuge mais 2 filhos, 1 mora com o cônjuge e 1 neto.

6. Quais os serviços públicos você conhece/usa na localidade?

R: 8 responderam CRAS Itinerante, 8 responderam Posto de Saúde, 7 responderam Escola pública municipal Hetelvina Carneiro e 1 respondeu Limpeza.

7. Qual a forma de acesso aos serviços públicos?

R: 7 Procuram quando precisam e 2 também recebem visita domiciliar ou contato.

8. Além dos serviços públicos, existe alguma organização civil atuante na localidade e quais os serviços oferecidos ou trabalhos realizados?

R: 8 responderam que não.

9. Qual a forma de descarte do esgoto sanitário, existe algum tratamento antes do descarte?

R: 3 responderam fossa, 1 respondeu esgoto a céu aberto, 2 responderam esgoto tratado e 2 responderam que não sabem.

10. Qual o sistema de abastecimento de água?

R: 6 responderam que é proveniente de mina ou nascente 1 água tratada.

11. Como é feito o acompanhamento de saúde na localidade?

R: 8 responderam que buscam quando precisam de atendimento, e 3 relataram que recebem visita domiciliar ou contato.

12. Como conseguem garantir a alimentação familiar?

R: 5 pessoas responderam que compram através da renda do Bolsa Família, e além disso 1 desses cultiva alguns alimentos, 1 colocou que recebe ajuda familiar, 1 compra com renda de trabalho informal (reciclagem) e 1 recebe cartão alimentação do CRAS.

13. Existem ações coletivas que estão sendo utilizadas em busca de segurança alimentar e de ocupações produtivas?

R: 8 responderam que não.

14. Existe algum trabalho voltado para a preservação ambiental na localidade com a participação dos moradores?

R: 6 responderam que não e 2 não sabem dizer.